



A Crise de Credibilidade Corporativa

SEBASTIÃO BERGAMINI JUNIOR*

RESUMO O artigo analisa os recentes escândalos financeiros protagonizados por grandes corporações americanas, envolvendo a manipulação de suas demonstrações contábeis, no que está sendo chamada de crise de credibilidade corporativa. Foram classificados os possíveis desvios éticos, visando obter uma clara distinção entre fraudes contábeis e os demais tipos de fraudes corporativas. São investigados os aspectos éticos envolvidos e a efetividade dos mecanismos usados para a sua inibição. Com o objetivo de assimilar as lições resultantes dessa crise são feitos paralelos com a situação nacional.

ABSTRACT *This paper analyses recent financial scandals, involving financial statements manipulation in large U.S. corporations. Ethical misconducts have been distinguished here, between accounting frauds and other corporate frauds. It also details corporate ethical behaviour aspects involved as well as its mitigation. Finally, it makes comparisons between Brazilian and U.S. realities, to learn lessons from these crises.*

* Contador. O autor agradece a Fabio Giambiagi e Luiz Ferreira Xavier Borges pelos valiosos comentários, ressaltando que erros e omissões são de sua inteira responsabilidade.

1. Introdução

Parece ser consenso que os escândalos corporativos, as volatilidades e o pânico nas bolsas, ocorridos recentemente nos EUA, são todos uma consequência do estouro da bolha especulativa criada nos anos 1990. Os investidores americanos sentem ter participado de uma grande ilusão coletiva, pois a maioria de sua população investe no mercado de ações, no qual têm parte relevante de sua poupança.

Uma avaliação realista da crise de credibilidade corporativa deve contemplar a análise do contexto no qual se deram os desvios éticos; o estudo das fraudes de modo sistemático, caracterizando-as claramente; a aferição do grau de responsabilidade dos envolvidos naqueles fatos; e a avaliação da efetividade de mecanismos inibidores que, nos casos relatados, não impediram a ocorrência dessas fraudes.

Com esses objetivos, o presente artigo foi dividido em cinco partes, além das Conclusões e de um Apêndice que detalha os casos que serviram de base:

- i) a primeira tem o objetivo de caracterizar o contexto em que se deram os escândalos, mostrando que a ocorrência periódica de surtos especulativos está associada a uma queda nos padrões éticos e a um sentimento generalizado de ganância;
- ii) a seguinte relata a crise de credibilidade das corporações americanas a partir de uma dúzia de casos escolhidos; descreve os desdobramentos dessa crise, com destaque para as inovações na regulação e na fiscalização voltadas para coibir a repetição dos escândalos; e comenta seu impacto na economia real e as perspectivas;
- iii) a terceira analisa a natureza das fraudes, buscando diferenciar os tipos a partir de características comuns; e, escrutina, em especial, as decorrentes de manipulações contábeis;
- iv) a seguinte aborda a crise ética, a partir do comportamento dos envolvidos, observados sob pontos de vista pessoal e funcional; e comenta a prática da ética empresarial, balizada por códigos de ética e princípios de governança corporativa, os quais são analisados como instrumentos para proporcionar parâmetros éticos e conceder equilíbrio de poder nas corporações; e

- v) a última relata os efeitos dessa crise no cenário nacional, visando estabelecer paralelos com o ambiente e a situação das empresas no que se refere às práticas contábeis, de auditoria e de governança corporativa, com destaque para as possíveis lições resultantes dos episódios.

2. O Contexto

“Uma ganância infecciosa parece ter tomado conta de nossa comunidade empresarial. Nossos guardiões históricos das informações financeiras sumiram.” Allan Greenspan, presidente do Federal Reserve System.

Galbraith (1992) retratou com vivacidade de cores os diversos casos de “exuberância irracional” ocorridos no passado, desde a tulipomania, ocorrida na Holanda (1630/37); a emissão de notas pelo Banque Royale, de John Law, na França, para exploração da Louisiana (1716/20); o caso da South Sea, ocorrido na mesma época, na Inglaterra, que recebeu o direito de emitir ações lastreadas em direitos de comércio sobre a região ocidental das Américas; os diversos episódios americanos de depressões econômicas causados pela emissão sem lastro por bancos regionais, ocorridos em 1819, 1837 e 1873; a Grande Depressão de 1929, acarretada por especulação imobiliária e no mercado de capitais; e, finalmente, o caso dos *junk bonds*, que detonou a crise de 1987.

A história desses episódios mostra que sua ocorrência faz com que os investidores lesados se retraiam em seguida a uma crise, até que esqueçam ou sejam substituídos por novos investidores. Algum tempo depois, a volta de indicadores otimistas torna a estimular sua cobiça induzindo-os a aproveitar as novas oportunidades de obter ganhos fáceis, num ciclo fundamentado, em grande parte, na dissonância cognitiva.

A Exuberância Irracional

Com a recuperação do mercado acionário americano depois da crise de 1987, as condições para a eclosão de um novo surto se fizeram presentes, acentuando-se a partir de 1995. Houve forte demanda pelas ações das empresas da Nova Economia, crescimentos exponenciais nos preços e ações valorizadas em centenas de vezes o lucro do último ano; a reboque, ocorria crescente disseminação de práticas contábeis criativas e, em alguns casos, episódios de complacência dos auditores externos.

Na ausência de regras claras e de informações transparentes, os investidores, muitos com reduzida familiaridade com as regras e o funcionamento do mercado e das empresas, começaram a se guiar por oráculos que previam um novo mundo. As empresas integrantes da Nova Economia seriam regidas por outros paradigmas: os avanços trazidos por tecnologias inovadoras em diversos campos, liderados pelas áreas de tecnologia digital e de biotecnologia, trariam maior dinamismo para as áreas afins, como as de comércio pontocom, telecomunicações, mídia e entretenimento.

O otimismo dos primeiros anos de uma economia em crescimento estável começou a ser substituído pela escalada de expectativas. Com ela, veio um aumento de pressão sobre executivos e empresas para atender à demanda do mercado por números do mercado financeiro.

As empresas que hoje apresentam problemas – e algumas das quais estão no centro dos escândalos – pertencem a dois setores específicos: eletroeletrônico e empresas pontocom, nos quais os ciclos curtos da tecnologia dos produtos e a criação de marcas fortes e canais de distribuição exigiam crescentes investimentos; e energia e telecomunicações, nos quais a desregulamentação promovida nos últimos anos foi muito forte.

Para exemplificar esse processo, foi escolhido o setor de telecomunicações, do qual emergiu a maior concordata e no qual existe grande número de empresas em dificuldades. No final dos anos 1990, acreditou-se que o setor era caracterizado pela convergência tecnológica de mídias distintas e pela tendência de forte crescimento dos negócios;¹ e que a análise de empresas do setor exigia novos indicadores financeiros, pois os tradicionais revelavam-se obsoletos para sinalizar a nova situação.

A crença no forte crescimento dos negócios criou uma lenda constituída pela estatística predileta do setor: o tráfego na internet dobrava a cada cem dias.² Todo o setor de telecomunicações entrou num processo frenético de aquisições e de construção de redes, preparando-se para um dilúvio de usuários que nunca chegou. O resultado foi a existência de uma crescente capacidade

1 A chamada “convergência tecnológica” era representada pela crença de que a digitalização e a internet uniriam mídias distintas e, considerando a grande economia de escala na produção, algumas empresas individuais poderiam dar conta do recado, com expectativas de lucros extraordinários. A formação do conglomerado AOL Time Warner é produto dessa visão.

2 Descobriu-se, mais tarde, que a origem dessa estatística estava na WorldCom. Num congresso de 1998, a empresa projetou um crescimento anual de 1.000 % na demanda, quando, na realidade, esse percentual se referia ao aumento da oferta.

excedente e, em decorrência disso, preços baixos demais para sustentar a lucratividade.³

As pressões para ocupar a capacidade instalada, no entanto, exigiam atingir elevadas taxas de crescimento e logo tiveram péssimos resultados: empresas como Global Crossing e Qwest passaram a recorrer a “trocas vazias” e outros truques para inflar as estatísticas de vendas e de tráfego. A consequência dessa ilusão em massa foi que as ações das empresas de telecomunicações dispararam no final dos anos 1990 juntamente com as das pontocom.

A Ganância Infecciosa

A Nova Economia estabeleceu um paradigma para a avaliação dos negócios: os intangíveis constituídos pelas marcas, clientes ou tecnologias que as empresas de alta tecnologia desenvolveram passaram a constituir seus ativos mais importantes, tomando lugar das fábricas e das máquinas declaradas como patrimônio em suas demonstrações contábeis.

Os padrões contábeis tradicionais exigem que os gastos em pesquisa para criar *software* ou em *marketing* para construir a marca sejam registrados como custos correntes, gerando prejuízos aparentes. Para algumas dessas empresas, tais gastos podiam ser entendidos como ativos intangíveis recuperáveis em períodos futuros, ou seja, seriam investimentos efetivamente. Para a maioria das empresas, no entanto, esses gastos eram despesas realmente.

Esse fato tornou alguns indicadores financeiros, como a relação preço/lucro, inadequados para os investidores que pretendiam investir nessas empresas. Os balanços elaborados com base em critérios convencionais seriam “pouco confiáveis” para balizar decisões de investimento envolvendo empresas de alta tecnologia.

3 Um problema comum no setor é o excesso de oferta: a Global Crossing, por exemplo, acumulou uma dívida de US\$ 12,4 bilhões para construir uma enorme rede de fibras óticas interligando mais de 200 cidades em 27 países. As dificuldades financeiras das empresas européias de telecomunicações, como a France Telecom, Deutsche Telekom e Telefonica de Espanha, teriam as mesmas raízes, decorrendo de políticas agressivas de aquisições e investimentos. No caso da WorldCom, o investimento em uma rede de telecomunicações que não vale uma fração de seu custo – e não os truques contábeis ou a cobiça empresarial – teria sido a principal razão para o seu colapso financeiro, segundo alguns analistas.

Nos anos 1990, por falta de parâmetros e num ambiente de ganhos fáceis, o mercado acabou valorizando demais esses intangíveis, o que gerou uma enorme discrepância entre a avaliação das empresas, feita por um mercado ávido, e o que elas representavam, de fato, em termos de retorno econômico. A avaliação sobreestimada dessas empresas também foi auxiliada, em alguns casos, pela conduta antiética de alguns executivos – detentores de opções de ações (*stock options*) – que ao manipular os resultados contábeis subverteram sua finalidade principal.⁴

Esse contexto contribuiu para a intensificação do uso da “contabilidade criativa” e da “contabilidade *pro forma*” para melhorar os resultados, o que teve consequências desastrosas por duas razões: as manipulações contábeis acabaram vindo à luz, e a elaboração de previsões, num ambiente de fortes pressões por boas notícias, resultou em projeções que embutiam um elevado nível de otimismo e auto-engano.

No final de 1999, a SEC (Comissão de Valores Mobiliários americana) enviou um documento ao FASB (Conselho de Normas de Contabilidade Financeira), listando problemas nas práticas contábeis utilizadas pelas empresas digitais, pedindo ao órgão que estudasse meios de limitá-las. No início do ano seguinte, os investidores foram tomando consciência do hiato existente entre as promessas e o retorno efetivo das empresas digitais. A crescente conscientização contribuiu para ajustar a percepção equivocada dos investidores, levando a uma queda generalizada nas cotações das ações e ao estouro da bolha especulativa, ocorrido em março de 2000.

Inicialmente, as empresas pontocom da Nova Economia sofreram contínua e acentuada desvalorização, seguidas daquelas que estavam na mesma cadeia produtiva – as empresas de telecomunicações e as de equipamentos para telecomunicações – ou as que operavam baseadas fortemente em ativos intangíveis, como as farmacêuticas e as de biotecnologia.

O escrutínio nas demonstrações contábeis dessas empresas passou a revelar, então, quão disseminada era a prática da “contabilidade criativa”. O surgimento de cada novo escândalo revoltava, de forma crescente, os investidores lesados, pois constituíam uma afronta aos valores de mercado. A credibilidade corporativa atingiu o seu nível mais baixo com o escândalo da

⁴ O objetivo principal dos planos de opções de ações é oferecer incentivos nos contratos dos executivos com a finalidade de alinhar os interesses do proprietário com os do administrador. Desde que sejam bem implementados, esses planos podem constituir um avanço em termos de mecanismos de governança corporativa.

WorldCom, trazendo consenso sobre a urgência de serem implementadas novas medidas legais de proteção aos investidores. Essas medidas se materializaram em 30 de julho com a promulgação, pelo presidente americano, da Lei Sarbanes-Oxley.

O presidente do Federal Reserve System (FED), o banco central americano, Allan Greenspan, diagnosticou uma ganância infecciosa, e apontou os culpados – advogados, auditores internos e externos, analistas de Wall Street, agentes de classificação de risco de crédito e fundos de investimentos de grande porte – denunciando o seu fracasso em detectar e denunciar aqueles que violaram o nível de confiança essencial ao bom funcionamento dos mercados.

3. Os Fatos

“Não importa a velocidade com que as ações sobem, dois mais dois sempre serão quatro”, escreveu, em 1932, o financista Bernard Baruch, um dos raros investidores que nada perdeu no crash da bolsa em 1929.

A imprensa americana dá uma cobertura ampla e especializada aos casos de fraudes, o que concede aos leitores uma visão abrangente e, em alguns casos, conclusiva sobre os fatos relatados. Nos últimos meses, chegou a três dezenas o número de grandes empresas americanas envolvidas em escândalos que tiveram suas situações expostas, de forma recorrente, pela mídia.

Ainda subsistem os efeitos de uma relativa precariedade decorrente do grau de fidelidade com que esses casos foram reportados pela mídia, tanto com relação ao seu conteúdo, quanto do efetivo estágio em que as empresas selecionadas se encontram. Em que pesem essas restrições, foram obtidas algumas inferências importantes, ressaltando que novos fatos relativos a esses casos continuam a ser divulgados pela mídia.

Fraudes Corporativas

Possíveis Fraudes

O sumário descritivo dos casos, apresentado no Apêndice, foi baseado em informações que se reportam, em sua maioria, a fatos ocorridos nos últimos meses. A busca de características comuns nesses casos foi realizada com base na composição da amostra e na data da emergência dos problemas; na

descrição dos possíveis desvios éticos; no dimensionamento dos valores envolvidos; e no seu estágio atual.

Composição da Amostra

A escolha das empresas foi orientada pela quantidade de informações disponíveis na mídia e pela sua importância em termos de volume e natureza das fraudes.

Foram escolhidas duas empresas no setor de mídia (Adelphia Communications e AOL Time Warner), três no de telecomunicações (WorldCom, Qwest e Global Crossing), duas no setor de equipamentos (Tyco International e Xerox Equipamentos), três no farmacêutico (ImClone Systems, Bristol-Meyers Squibb e Merck) e duas no de energia (Enron e Dynegy).

Com exceção de três casos (Xerox, Enron e ImClone), os problemas das demais empresas emergiram durante este ano. A Xerox está sendo investigada há cerca de dois anos; a Enron pediu concordata em 1º de dezembro de 2001; e as evidências de problemas na ImClone começaram a aparecer na mídia a partir de 27 de dezembro de 2001.

Possíveis Desvios Éticos

As definições dos diferentes tipos de fraudes corporativas estão detalhadas adiante. Entre os casos escolhidos, apenas o da empresa farmacêutica Bristol-Meyer Squibb aparenta não constituir uma fraude. No exercício de 2001, a empresa exerceu a “empurroterapia”, implementando uma política agressiva de descontos e incentivos de vendas para seus distribuidores, o que deverá ter efeitos compensatórios negativos no corrente exercício. Apesar disso, sua contabilidade está sendo investigada pela SEC.

Dois dos casos referem-se a fraudes puras, sem reflexos contábeis no que foi apurado até o momento: na ImClone, foram comprovados ganhos ilícitos por parte de alguns investidores ligados a seu ex-diretor-presidente, Sam Waksal, decorrentes do uso de informações privilegiadas, e apurou-se sonegação fiscal por parte de Dennis Koslowski, ex-diretor-presidente da Tyco International, o que levou a empresa a ser objeto de investigações pela Justiça de Nova Iorque.

Entre os nove casos remanescentes foram admitidas/comprovadas ou apresentam evidências de manipulações contábeis, sendo que em dois destes

(Adelphia e Enron), existem, também, outras fraudes cometidas pelos executivos das empresas:

- Adelphia: ocultação de passivos reais (em investigação); desvio, por ex-executivos, de recursos da empresa em benefício próprio (comprovado);
- AOL: realização de operações de *round trip* com três empresas, entre elas a UUNet – subsidiária da WorldCom – e a Qwest (admitida), demonstrações contábeis republicadas;
- WorldCom: lançamento de despesas como investimentos (admitido); lançamento de provisões e empréstimos de baixa qualidade como lucro (admitido); e realização de operações de *round trip* (admitida pela contraparte AOL); demonstrações contábeis em fase de republicação;
- Qwest: venda de equipamentos de comunicação lançada de forma indevida (admitida); realização de operações de *round trip* (admitida pela contraparte AOL); demonstrações contábeis em fase de republicação;
- Global Crossing: realização de operações de “trocas vazias” (em investigação);
- Xerox: antecipação de receitas de contratos de longo prazo (admitida); demonstrações contábeis republicadas;
- Merck: lançamento indevido de receitas e custos derivados de co-participação, sem afetar o resultado final (admitido pela empresa); demonstrações contábeis republicadas;
- Enron: exclusão de resultados, ativos-objeto e dívida relacionada de subsidiárias integrais, operando na forma de sociedade de propósitos específicos (SPE), tratadas como parcerias privadas em transações de arrendamentos sintéticos; realização de fraudes tributárias com o uso de empresas em paraísos fiscais e de fraudes com subsidiárias integrais com resultado revertendo a favor de ex-executivos da empresa, que eram sócios das SPEs (todos em investigação); e
- Dynegy: realização de operações de “ida-e-volta” (em investigação).

Valores Envolvidos

Foram excluídos inicialmente cinco casos aos quais não se aplica o dimensionamento de valores – pelo fato de não se referir à fraude (Bristol-Meyer

Squibb), por não envolver ativos da empresa (Tyco e ImClone), ou por estar em fase de apuração e dimensionamento (Global Crossing e Dynegy).

Os sete casos remanescentes, com exceção da AOL, cujas transações em investigação somam US\$ 49 milhões, surpreendem pelos elevados valores envolvidos, na casa dos bilhões de dólares:

- Adelphia: US\$ 2,3 bilhões em passivos ocultos, além de US\$ 1 bilhão em desvios por ex-executivos;
- WorldCom: US\$ 7,2 bilhões;
- Qwest: US\$ 1,2 bilhão;
- Xerox: US\$ 6,4 bilhões em receitas e US\$ 1,4 bilhão em lucros;
- Merck: US\$ 12,4 bilhões em dupla contagem de receitas; e
- Enron: US\$ 1 bilhão nos resultados e desvios não dimensionados praticados por ex-executivos.

Estágio Atual

Três das empresas estão em concordata (Adelphia, WorldCom e Enron) e uma em estado pré-concordatário (Dynegy); cinco delas republicaram suas demonstrações contábeis ou irão fazê-lo no curto prazo (AOL Time Warner, WorldCom, Qwest, Xerox e Merck); e todas continuam sob investigação por algum órgão da Justiça ou da administração pública americana.

Merecem menção duas dessas empresas: a Enron e a WorldCom. Ambas são símbolos de uma era de transição, por vários motivos: a Enron era tida, até entrar em dificuldades, como uma empresa modelar, portanto a sua concordata simbolizou a quebra de confiança; a WorldCom – que, em contraste com a Enron, já era vista como a ovelha negra das teles havia algum tempo – desencadeou um forte movimento por maior regulação e fiscalização no mercado de capitais americano ao expor a dimensão de suas fraudes; e ambas representam os maiores processos de reestruturação financeira que o mercado mundial já conheceu.

É difícil traçar a fronteira que separa uma fraude de um erro contábil, pois por trás dos atos praticados deve ser apurada a intenção de seu autor em lesar

terceiros ou obter ganhos indevidos.⁵ O sucesso na execução de fraudes corporativas, mesmo que temporário, depende do resultado dos trabalhos da empresa de auditoria externa.

A Atuação da Andersen

A Arthur Andersen esteve envolvida nos dois maiores casos de concordata – Enron e WorldCom – além de ter sido substituída em fevereiro do corrente pela PricewaterhouseCoopers em outro caso, o da Merck. A Andersen, como as demais integrantes das *Big Five* em auditoria (PricewaterhouseCoopers, KPMG, Ernst & Young e Deloitte & Touche), tem manchas em seu passado.⁶

No caso da Enron, houve participação ativa dos auditores da Andersen na execução das fraudes. Os indícios no episódio da WorldCom apontam para negligência ou imperícia, na melhor hipótese, ou conivência criminosa, na pior. Alguns analistas apontaram para o fato de que o escritório central da Andersen teria detectado as irregularidades na Enron, mas a ética foi atropelada pelo conflito de interesses. Note-se que as demais *Big Five* têm um escritório central técnico que tem poder de ditar regras aos integrantes do grupo, mas o escritório central da Andersen não tinha esse poder.

Em 16 de agosto, o Conselho de Contabilidade Pública do Texas decidiu, por unanimidade, revogar o registro da Andersen por ter sido considerada culpada de obstrução da Justiça. Segundo nota oficial do Conselho, a empresa descumpriu os princípios contábeis geralmente aceitos em seu trabalho de auditoria realizado para a Enron entre 1997 e 2002.

Em 31 de agosto, após 89 anos de atividades, a Arthur Andersen encerrou suas atividades como empresa de auditoria externa nos EUA. Os empregados que sobraram lidarão com os processos judiciais. Os sócios da empresa,

5 Por exemplo, na contramão da tendência observada no mercado, a Disney confessou ter subestimado os resultados de 2001, tendo apresentado um lucro de US\$ 358 milhões em vez de US\$ 613 milhões, devido a “erros matemáticos humanos”, segundo seu diretor financeiro.

6 A empresa Resolution Trust Corp., agência federal encarregada de liquidar empresas falidas de poupança e empréstimo, entrou com processo contra a Andersen em 1992, pedindo indenização de US\$ 400 milhões, alegando negligência na auditoria da empresa Franklin Savings Association, de Houston (Gazeta Mercantil, 13 de agosto de 1992). Há poucos anos, a Andersen foi multada em US\$ 7 milhões pela SEC na falência da Waste Management, por atestar números falsos, num caso semelhante à Enron. Recentemente, a Andersen ofereceu US\$ 100 milhões aos prejudicados na falência da Sunbeam, que quebrou após anos de falsificação de balanços (Gazeta Mercantil, 9 de julho de 2002).

porém, afirmam que ela não pedirá concordata. Eles irão negociar o cancelamento de contratos de aluguel e operar o centro de treinamento da Andersen. A Accenture, consultoria que se separou da Andersen há dois anos, tem um contrato para treinar dez mil empregados, a cada ano, nesse centro de treinamento, no âmbito de um contrato válido por mais três anos.

A empresa já teve 28 mil empregados – hoje tem menos de 300 – e 1.200 clientes. Entre o anúncio da destruição de documentos da Enron e o colapso total da Andersen passaram-se menos de nove meses. Suas filiais foram adquiridas por outros grupos de auditoria ou transferidas para eles. No Brasil, a Andersen teve seus negócios absorvidos pela Deloitte.

Desdobramentos

Regulação e Fiscalização

Os sucessivos escândalos forçaram o presidente americano George W. Bush a encampar uma proposta do Legislativo para aumentar as sanções contra as fraudes corporativas, o que é irônico ao considerar seu perfil ideológico e seu passado empresarial pouco recomendável.⁷ Não era somente o presidente que tivera problemas, mas vários integrantes do alto escalão de seu governo também tinham histórias obscuras para esclarecer.⁸

Com a vigência da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 30 de julho, aumentou a vigilância sobre o setor contábil do país e a punição de executivos que enganam investidores. A legislação prevê regras rígidas: penas de até 25 anos para os fraudadores; nomeação pela SEC de um conselho de cinco

7 *Existem fortes indícios de uso de práticas pouco recomendáveis por Bush no passado. Documentos revelados pela organização não-governamental Center for Public Integrity (Centro pela Integridade Pública) mostraram que o presidente Bush, quando era diretor da petroleira Harken Energy, em 1990, usou informações privilegiadas para vender ações, sabendo, antecipadamente, que a empresa iria apresentar prejuízos substanciais (The Washington Post, publicado em O Globo de 15 de julho de 2002). Além disso, Bush recebeu dois empréstimos da Harken, enquanto ainda era diretor, para a compra de ações da própria empresa (The New York Times, publicado no Jornal do Brasil de 12 de julho de 2002).*

8 *David Lesar, atual diretor-executivo da petroleira Halliburton, declarou em entrevista à revista Newsweek que o vice-presidente americano Dick Cheney, quando foi diretor-presidente da empresa no período de 1995 a 2000, sabia que a empresa apresentava seus custos como investimentos (The Washington Post, publicado no Jornal do Brasil de 15 de julho de 2002). Cheney também foi acusado de ter utilizado informações privilegiadas para vender lotes de ações (The Washington Post, publicado em O Globo de 17 de julho de 2002). Essas acusações estão formalizadas em um processo aberto contra Cheney, em uma corte de Dallas, pela organização não-governamental Judicial Watch (publicado em Valor Econômico de 11 de julho de 2002).*

integrantes que determinará os padrões para os contadores, analisará as suas auditorias, e os seus poderes se estenderão a empresas estrangeiras de contabilidade que trabalhem com clientes americanos; os principais executivos (diretor-presidente e diretor financeiro) terão que avaliar as demonstrações contábeis de suas empresas e estarão sujeitos a prisão e multas se conscientemente cometerem fraudes.

A SEC fiscaliza cerca de 17 mil empresas de capital aberto, com crescentes exigências no que se refere à republicação de demonstrações contábeis. Essas republicações tiveram um aumento nos últimos anos, triplicando entre 1995 e 2000 (de 50 para 150 por ano); somente no 1º trimestre de 2002 foram 60 republicações. Um funcionário da SEC declarou que “não descreveria a situação como um problema cultural do mundo corporativo, já que as empresas com problemas constituem um percentual pequeno do total das empresas”.

O reforço na fiscalização inclui, ainda, algumas novas exigências da SEC: maior detalhamento de premissas e expectativas reportadas no *Relatório Gerencial sobre as Operações e a Liquidez (MD&A)*; divulgação das regras contábeis utilizadas no MD&A; antecipação da data de entrega dos relatórios anuais; apresentação eletrônica de documentos; divulgação de informações relativas a conflitos de interesses entre analistas; entre outras.

Apesar disso, algumas companhias deixaram de cumprir o prazo para o cumprimento dessas novas regras, sendo que parte delas – como a World-Com, Adelphia e Qwest – alegou estar sob investigação de suas práticas contábeis pela própria SEC para não fazê-lo.

Especialistas estimam que as empresas que compõem o índice S&P 500 tenham seus ganhos inflados em 10% a 15% por não incluírem as *stock options* concedidas a empregados como custos trabalhistas e por fazerem projeções excessivamente otimistas com relação ao desempenho dos fundos de pensão por elas patrocinadas. Essa situação levou a SEC a estudar a inclusão de novas regras para o registro das *stock options*⁹ e das obrigações dos patrocinadores com seus fundos de pensão.¹⁰

9 O objetivo é o de conceder maior transparência ao processo de exercício das opções durante todo o período em que elas possam afetar os resultados da empresa.

10 A preocupação está centrada na sua capitalização pelas empresas patrocinadoras que utilizam a modalidade de benefícios definidos, por duas razões: a taxa anual de retorno previsto sobre os investimentos é de 9,3%, o que representa um retorno extraordinariamente elevado considerando-se as condições normais do mercado; e o fato desses fundos investirem cerca de 65% dos ativos em ações. A estimativa é de que as empresas norte-americanas possam ter inflado seus lucros em até US\$ 60 bilhões por ano, com base nesses equívocos.

As atividades de fiscalização da SEC com relação ao trabalho das empresas de auditoria externa, no entanto, estão subordinadas ao cumprimento de regras contábeis não muito claras, pois, nos EUA, essas regras são fundamentadas no direito anglo-saxão ou direito consuetudinário, que resulta em uma contabilidade mais baseada em princípios do que na aplicação inflexível de regras e, sem regras específicas, as empresas têm ampla margem para manipular resultados. A SEC mandou um claro recado ao mercado, recentemente, de que não adianta estar dentro das regras se o seu espírito estiver sendo violado.¹¹

Em síntese, ao avaliar as atividades de regulação e fiscalização do contexto em que operam as grandes corporações, conclui-se que seus níveis foram, aparentemente, adequados no passado recente. Essa conclusão baseia-se em diversas inferências: os escândalos corporativos não foram tão disseminados como a princípio aparentavam; aumentou o nível de regulação do mercado, em resposta à demanda dos investidores; o nível de fiscalização havia aumentado e algumas das empresas envolvidas estavam sob investigação, antes mesmo da eclosão dos escândalos.

Essa percepção é corroborada pelo episódio de intervenção da SEC no FASB, o que deflagrou o estouro da bolha especulativa. Tal conclusão indica que a gênese da crise de credibilidade corporativa deve ser procurada no âmbito interno das empresas que protagonizaram os escândalos e no comportamento de seus auditores externos.

Efeitos na Economia Real

O dimensionamento das perdas trouxe grande preocupação ao mercado: era como se uma pilha de cédulas no valor US\$ 7 trilhões tivesse sido queimada. No entanto, a compreensão da equação contábil pode desfazer essa falsa impressão de parte dos investidores, que confundem suas perdas financeiras com perdas reais, do ponto de vista macroeconômico.

Ao considerar o lado esquerdo das demonstrações contábeis, no qual estão os ativos, observa-se que estes representam o lado real da economia, sendo os verdadeiros geradores de riqueza, enquanto os passivos, no lado direito, representam um direito de prioridade no acesso à riqueza gerada. Têm prioridade, de primeiro, o pagamento de juros devidos aos financiadores do

¹¹ A SEC decidiu, em junho, processar as Escolas Edison, que estavam contabilizando o dinheiro a ser usado no pagamento de salários do professores com receitas. Por incrível que pareça, esse procedimento estava de acordo com as práticas de contabilidade aceitas no país.

empreendimento, a tributação sobre a riqueza gerada devida ao fisco e, finalmente, os lucros atribuídos aos detentores das ações.

Num surto especulativo de valorização das ações, os ativos pouco se alteram em termos de seu valor econômico, representado pela sua capacidade de geração de renda. Em outras palavras, os ativos – ligados ao mundo real da economia – têm grande estabilidade, enquanto a variável de ajuste no passivo, representado pelas ações, tem uma volatilidade enorme por estar vinculada ao mundo ciclotímico das finanças. Portanto, a supervalorização de ativos “criou” um hiato entre o “valor nominal inflado” do ativo, antes do estouro da bolha, e o seu “valor real”, calculado com base no fluxo de renda gerado por ele.

No início, a previsão generalizada de ganhos extraordinários inflou o valor das ações em trilhões de dólares, ao passo que a posterior percepção desse hiato gerou um movimento inverso, acarretando intensa desvalorização nas ações. Em alguns casos, essa desvalorização já deve ter ultrapassado o nível de ajuste técnico. Portanto, a “queima” de US\$ 7 trilhões no valor das ações representa, a médio prazo, um reajuste à realidade econômica desses ativos. Como em todo surto especulativo, houve transferência de capital para os investidores que souberam calcular o momento adequado para mudar de posição, trocando suas ações “bichadas” por outros ativos.

Antes do estouro da bolha especulativa de março de 2000, o desempenho das bolsas de valores foi positivo e crescente durante 13 anos consecutivos, pois a última grande crise ocorreu com os *junk bonds* em 1987. A perda global das bolsas de valores, entre março de 2000 e 15 de julho do corrente, foi de US\$ 6,9 trilhões; sendo de US\$ 2,4 trilhões a perda somente neste ano.

As empresas da Nova Economia tiveram um desempenho altamente positivo no período de 1995 a março de 2000, sofrendo pesadas perdas em seguida, estimadas em cerca US\$ 3,4 trilhões, sendo que muitas ações viraram pó. A crise contaminou empresas da economia tradicional, pois, desde o estouro da bolha especulativa até meados de julho do corrente, o valor de mercado da General Electric despencou de US\$ 500 para US\$ 220 bilhões, o valor da Coca-Cola caiu à metade e as ações da Disney valem 38%. No entanto, ao comparar o índice S&P 500 – composto, em grande maioria, por empresas tradicionais – verifica-se que acumulou ganho médio de 10% desde 1995, embora apresente perda de 40% desde março de 2000.

A economia real teve fundamentos positivos num horizonte de longo prazo: se considerado o período de 1995 a 2000, observa-se um crescimento médio na produtividade de 3,1% a.a., e os salários tiveram um crescimento real de 13% no período. No curto prazo, as previsões também são boas: somente no 1º trimestre deste ano, o PNB cresceu 5,6%; a inflação está sob controle, e o crescimento do PIB está previsto em 3,75% para todo o ano, segundo o presidente do FED.

Em contrapartida, as perdas do mercado acionário acarretaram a redução do imposto sobre ganhos de capital e o orçamento da União projetou um aumento do déficit em cerca de US\$ 40 bilhões. A economia do EUA cresceu a uma taxa anual de 1,1% no segundo trimestre do ano, bem menor do que a taxa de 2,3% esperada pelos analistas.

A crise distorceu decisões econômicas e financeiras recentes: provocou um investimento exagerado em empresas de alta tecnologia; afetou a política fiscal do governo;¹² e vai afetar, significativamente, as decisões sobre o financiamento de planos de aposentadorias com base em benefícios definidos.¹³

O receio de que a crise contamine a economia real é geral, pois dados empíricos apontam que, para cada dólar que o investidor americano perde em ações, ele deixa de gastar seis centavos nas lojas, portanto, existe a possibilidade real de a economia americana entrar em um ciclo recessivo. Se isso acontecer, será ruim para a economia global, pois os americanos importam atualmente cerca de US\$ 1,3 trilhão por ano.

A impressionante redução do valor dos ativos, a quebra de alguns fundos de pensão – entre eles, o da Enron – a existência de superinvestimento em alguns setores, as mudanças esperadas no processo de alocação de investimentos e o baixo nível de confiança da população constituem indícios de que esse surto especulativo possa levar a uma efetiva deterioração da economia real.

12 *O governo aumentou gastos e cortou impostos, à medida que os preços das ações subiam e os impostos sobre ganhos de capital enchiam seus cofres. Com o estouro da bolha, a arrecadação tributária despencou e o governo terá que decidir entre opções altamente impopulares: aumentar os impostos, cortar os gastos ou aumentar a dívida.*

13 *Os altos retornos em ações levaram as empresas patrocinadoras de fundos com base em benefício definido a acumular superávits acima do nível atuarial, portanto elas puderam fazer retiradas ou diminuir seus aportes. As contribuições “negativas” aumentaram os lucros das companhias, elevando ainda mais os preços das ações. Com a queda do mercado acionário, esses esquemas de aposentadoria ficaram subfinanciados e as companhias patrocinadoras agora estão sendo obrigadas a colocar o dinheiro de volta – recursos que, não fosse a bolha, jamais teriam sido retirados. Especialistas dimensionam o tamanho do problema em torno de US\$ 100 bilhões.*

4. As Fraudes em Detalhes

“O boom econômico seduz alguns executivos financeiros a quebrar regras, enquanto épocas de recessão ajudam a revelar irregularidades. Uma das características das depressões econômicas é expor o que os auditores não conseguiram ver.” John Kenneth Galbraith, economista e escritor.

O termo “manipulação contábil” servirá, neste artigo, para designar qualquer ato que envolva o registro e a apresentação de demonstrativos contábeis, independentemente de ter havido ou não fraude contábil, portanto abrange tanto as fraudes operacionais quanto as fraudes contábeis. As primeiras são constituídas por operações fraudulentas, porém sustentadas por documentação legítima, ao passo que as fraudes contábeis se referem às transações cujo registro afronta os princípios fundamentais da contabilidade (PFC).

Manipulações Contábeis

Na amostra considerada, observa-se que 75% dos casos envolvem manipulação contábil. Para analisá-los, serão apresentadas inicialmente as manipulações praticadas pelas empresas da Nova Economia e, em seguida, as práticas criativas das empresas americanas envolvidas nos últimos escândalos, diferenciando as manipulações de relatórios (referentes à apresentação de informações sintetizadas em demonstrações contábeis) das manipulações de transações (relativas ao registro individualizado das operações).

Manipulações Contábeis de Empresas da Nova Economia¹⁴

- i) *Faturamento Cheio* (variante das receitas de co-participação): a empresa registrava todo o dinheiro pago pelo internauta como receita. Esse é o caso da Priceline.com: registrou como receita o valor da venda de um pacote turístico, incluindo passagens aéreas, hotel e aluguel de carros, em vez de registrar o valor de sua comissão relativa ao serviço efetivamente prestado; nesse caso, a empresa apresentou cerca de US\$ 152 milhões como faturamento contábil, em vez de US\$ 18 milhões;
- ii) *Anúncios Permutados* (variante das “trocas vazias”): a empresa registrava o valor de anúncios permutados como se tivessem sido vendidos. Esse é o caso da StarMedia: do seu faturamento relativo ao 3º trimestre

¹⁴ Os detalhes dessas manipulações podem ser lidas no artigo de Mikhail Lopes, *Por que as contas não fecham: entenda os mistérios contábeis das empresas da Nova Economia* (Exame, 17 de maio de 2000).

de 1999, 26% referiam-se a anúncios pelos quais a empresa nada recebeu, representando espaço publicitário permutado com emissoras de rádio e TV;

- iii) *Descontos Ampliados*: as empresas de venda *on-line* praticavam preços superestimados com descontos exagerados e, nesse caso, surgiam dois efeitos manipuladores: registravam o valor bruto como receita, enfatizando o seu alto valor, quando se aplicam múltiplos de receita como base de valor da empresa; e apropriavam o desconto como despesa de *marketing*, de forma indevida, na medida em que se tratava de custos com vendas, levando possíveis investidores a presumirem a existência de um intangível, representado pelos gastos necessários à construção de uma marca forte; e
- iv) *Logística como Custos de Marketing*: os custos de armazenamento, manuseio e remessa eram custos de vendas que as empresas pontocom tratavam, geralmente, como custo de *marketing* para a construção da marca.

Até o exercício de 1999, as empresas pontocom e de alta tecnologia integrantes da Nova Economia desenvolveram e utilizaram as práticas da “contabilidade criativa” descritas anteriormente. No final de 1999, a SEC enviou ao FASB um documento listando-as e solicitando que o órgão estudasse meios de limitá-las, provocando o estouro da “bolha especulativa” em março do ano seguinte.

Manipulações Contábeis de Casos Recentes Envolvendo Relatórios

As práticas envolvendo manipulação de relatórios, também conhecidas como “enfeitando a janela” (*window dressing*), são muito populares por serem legais e buscam enfatizar os aspectos favoráveis, distorcendo ou omitindo os desfavoráveis.¹⁵ Suas formas mais comuns:

- i) *apresentação de “balanços pro forma”*: ou seja, apresentação de demonstrações elaboradas pela contabilidade gerencial das empresas sem o uso dos PFC;
- ii) *apresentação de demonstrações relativas a resultados parciais*: uma variante da anterior na qual o leitor é induzido a crer que essas demonstrações se referem à parte substantiva ou à totalidade dos negócios; e

¹⁵ Lauretti (1998) discorre sobre a leitura e interpretação de demonstrações contábeis, mostrando como evitar esse tipo de desinformação.

- iii) *ênfase aos indicadores mais favoráveis à empresa*: por exemplo, as empresas da Nova Economia colocavam ênfase no indicador de geração operacional de caixa (EBITDA) como base para múltiplos do valor da ação, ignorando as necessidades mais elevadas de gastos com pesquisa e desenvolvimento para a manutenção dos seus resultados em patamares elevados.

Manipulações Contábeis de Casos Recentes Envolvendo o Registro de Transações

As manipulações envolvendo o registro de transações implicam, em sua maioria, em fraudes contábeis (*book cooking*), que podem decorrer de pura e simples desconsideração dos PFC – que não são de difícil detecção – ou de sofisticadas transações envolvendo aspectos multidisciplinares, as quais podem permanecer ignoradas por longo espaço de tempo devido à sua complexidade.

- i) *Lançamento de Custos como Investimentos*: praticado pela WorldCom, sua adoção significa, simplesmente, ignorar a natureza real das operações;
- ii) *Ocultação de Passivos*, como realizado pela Adelphia;
- iii) *Registro de Receitas de Co-Participação*: praticado pela Merck. Esse procedimento beneficiou a empresa pela prática de dupla contagem em termos de faturamento, dando uma falsa impressão da capacidade de crescimento da receita da empresa. Seu efeito final é semelhante ao da “janela enfeitada”, mas representa violação de PFC;
- iv) *Antecipação de Receita de Contratos de Longo Prazo*: sistematicamente praticado pela Xerox ao longo de muitos anos. Essas receitas deveriam ter sido contabilizadas gradualmente, conforme fossem sendo fornecidos os produtos e serviços, em respeito ao regime de competência. O procedimento de antecipação constitui uma prática indefensável por desrespeitar os PFC e pelo fato de esses contratos terem sua progressão condicionada a metas que podem ser rompidas antes do final;
- v) *“Trocas de Chumbo” ou “Trocas Vazias” (ou “transações de ida-e-volta” de produtos ou serviços)*: essas são operações de compra e venda dos mesmos produtos e serviços pelos mesmos valores. Foram muito utilizadas para a comercialização de blocos de capacidade na rede entre empresas de telecomunicações e de energia, como a Global Crossing e a Dynegy;

- vi) Round Trip (*“transações de ida-e-volta” com ativos*): essas operações também são adotadas para aumentar o volume de receitas e foram usados pela AOL em negócios com a WorldCom e a Qwest; e
- vii) *Operações de Arrendamento Sintético com Parceria Privada*: conforme utilizadas criativamente pela Enron. São operações sofisticadas envolvendo a constituição de uma sociedade de propósito específico (SPE) para realizar operações de arrendamento de ativos simulando a existência de parcerias privadas. Essa prática permitiu à Enron omitir dívidas pela não inclusão das SPEs na consolidação de balanço. Possibilitou ainda, num primeiro momento, a manipulação de resultados através de preços de transferência artificiais, ou seja, fora dos padrões de mercado; e, num segundo momento, a realização de desfalques por executivos através de operações de compra e venda de ativos entre a Enron e essas SPEs, nas quais os próprios executivos da Enron eram sócios.

Análise dos Desvios Éticos

As fraudes cometidas pelos executivos das empresas podem assumir várias formas: o uso de informações privilegiadas sobre uma determinada empresa para comprar (a preços aviltados) ou vender (a preços favorecidos) ações dessa mesma empresa, numa situação na qual os direitos relativamente difusos dos demais participantes do mercado são atingidos (caso da ImClone). Outro tipo seria a realização de um desfalque puro e simples, no qual existe a apropriação de bens da empresa por um funcionário, geralmente um executivo, que tenha liberdade de ação para tanto (caso da Adelphia).

Em alguns casos, as fraudes representam atos ilícitos praticados sem envolver a manipulação de registros contábeis, as quais, por falta de melhor denominação, serão designadas por “fraudes puras”. Note-se que as manipulações contábeis podem ser utilizadas posteriormente com a finalidade de encobrir ou postergar a descoberta dos ilícitos praticados através de fraudes puras.

Identificando as Fraudes Contábeis

Ao escrutinar as manipulações listadas anteriormente, podemos classificá-las da seguinte maneira:

- i) as três primeiras práticas de empresas da Nova Economia então apresentadas representam fraudes operacionais; nesse caso, o registro con-

tábil estaria correto, embora as transações em si constituam fraudes, enquanto a quarta constitui uma impropriedade na apresentação das demonstrações contábeis;

- ii) todas as práticas apresentadas envolvendo relatórios não constituem fraudes, embora abusem da boa-fé dos investidores; e
- iii) as quatro primeiras práticas envolvendo transações – lançando custos como investimentos, ocultando passivos, registrando receitas de co-participação e antecipando receita de contratos de longo prazo – são inegavelmente fraudes contábeis. Os três outros casos – “trocas vazias”, *round trip* e arrendamentos sintéticos com parcerias privadas – exigirão uma análise mais minuciosa.

As operações de “troca vazia” e de *round trip* têm a mesma natureza, exceto que a primeira tem por objeto uma transação operacional (compra e venda de produtos ou serviços objetos de suas atividades operacionais), enquanto a segunda representa uma transação patrimonial (compra e venda de ativos). Essas operações preenchem, normalmente, as formalidades legais em termos documentais, o que as caracteriza como fraudes operacionais, portanto o seu registro contábil está correto, embora as transações em si constituam fraudes.

As operações de arrendamento sintético com parcerias privadas utilizadas pela Enron resultaram de muita criatividade e constituem uma fraude contábil sofisticada:

- i) a Enron criou uma subsidiária integral sob a forma de uma SPE¹⁶ que deteria os ativos e as dívidas, mantendo relacionamento comercial com a sua controladora, a quem alugará seus ativos na condição de arrendamentos operacionais (modalidade na qual os ativos-objeto e a dívida relacionada continuam sob a responsabilidade da SPE);
- ii) essa SPE é constituída sob o regime legal da “regra dos 3%”, ou seja, basta ter um sócio com 3% ou mais do capital da SPE para caracterizá-la como uma “parceria privada”, portanto, dispensada de ser incluída na consolidação de balanço da Enron, sua controladora;
- iii) a aplicação da “regra dos 3%” desconsiderou a realidade econômica subjacente no registro da transação de arrendamento, na medida em que o risco operacional dessa transação era da Enron. Portanto, o registro

16 Finnerty (1999) relata as características, vantagens e desvantagens das SPEs. Ressalta-se a necessidade de criar, por imposição legal, uma holding-papel entre a controladora e a holding operacional, como forma de caracterizar uma efetiva segregação de risco.

- da operação de arrendamento deveria ter sido feito na modalidade de *leasing* financeiro, com o registro, pela Enron, do ativo-objeto e da dívida relacionada;
- iv) essa prática estava, inicialmente, no limiar da legalidade, pois havia dispositivo legal permitindo a exclusão das SPEs no processo de consolidação, embora sua obediência conflitasse com a essência da doutrina contábil;
 - v) a transação de arrendamento operacional foi avalizada pelos auditores da Andersen, que subordinaram a essência à forma em duas ocasiões: ao considerar uma operação de *leasing* financeiro como se fosse operacional e ao não incluir a SPC na consolidação de resultados de sua controladora.

Esse caso foi defendido pela Andersen como sendo uma technicalidade contábil, porém, seus desdobramentos tipificaram-na como fraude, pelos seguintes motivos: a empresa obteve restituição indevida de imposto de renda no valor de US\$ 382 milhões, referentes aos quatro últimos exercícios; alguns dos altos executivos cometeram desfalques, dissimulados em resultados de operações de compra e venda de ativos dessas SPEs, nas quais eram sócios; e a exclusão de dívidas do balanço consolidado induziu os investidores, com evidente má-fé, a acreditarem que a empresa detinha uma saudável situação econômica financeira, provocando pesados prejuízos.

A análise acima baliza a segregação dos casos de manipulações contábeis em função de suas características, evidenciando que os nove possíveis casos de fraudes contábeis podem ser divididos em três grupos: (1) dois casos de fraudes exclusivamente contábeis (Xerox e Merck); (2) três casos de fraudes operacionais, todas envolvendo operações de ida-e-volta (AOL, Global Crossing e Dynegy); e (3) quatro casos de fraudes múltiplas, ou seja, puras, operacionais e contábeis (Adelphia, WorldCom, Qwest e Enron).

Tipificando os Desvios Éticos

A análise das 12 empresas da amostra permite, finalmente, classificar as possíveis fraudes corporativas em cinco grupos distintos:

- i) um caso que não caracteriza fraude (Bristol-Meyers Squibb);
- ii) dois casos de fraudes puras, sem a utilização de manipulações contábeis, um decorrente do uso de informações privilegiadas (ImClone) e outro, de sonegação fiscal (Tyco International);

- iii) três casos de fraudes operacionais (operações de ida-e-volta), cujos registros estão corretos do ponto de vista do formalismo contábil, não caracterizando uma fraude contábil (AOL, Global Crossing e Dynegy);
- iv) quatro casos de fraudes múltiplas – inclusive com dois de desvios de recursos da empresa para seus ex-executivos – e cuja manipulação contábil, visando mantê-los encobertos pelo máximo de tempo possível, acarretou a realização de fraudes contábeis (Adelphia, WorldCom, Qwest e Enron); e
- v) dois casos de fraudes exclusivamente contábeis (Xerox e Merck).

Em síntese, o processo de diferenciação é conclusivo no sentido de apontar para apenas dois indiscutíveis casos de fraudes contábeis em um total de possíveis 12. Ao incluir os casos envolvendo outros tipos de fraudes, mas que haviam envolvido, adicionalmente, o seu acobertamento por meio de manipulação contábil, esse número se eleva para seis casos, correspondendo à metade da amostra analisada.

O resultado que emerge dessa análise indica que a expressão “escândalos contábeis” não constituiu uma definição adequada para descrever os casos ocorridos. Note-se que essa diferenciação das fraudes não tem a finalidade de eximir as responsabilidades de membros da classe contábil envolvidos nos escândalos, mas, sim, a de ressaltar que as suas origens devem ser procuradas na prática de ética empresarial.

5. A Crise Ética

“Ambição e ganância são elementos centrais do capitalismo, pois sem eles o sistema não funciona. Ocorre que nos últimos governos não houve fiscalização e os excessos acabaram em crise.” Peter Hakim, presidente da Inter-American Dialogue, organização não-governamental empenhada na integração continental.

A primeira parte do diagnóstico de Peter Hakim está correta, contudo é duvidosa sua afirmação de que houve falta de fiscalização. A responsabilidade pela ocorrência das fraudes deve ser atribuída, em grande parte, à aplicação equivocada do sistema de remuneração dos executivos, baseada em *stock options*, em um contexto empresarial permissivo. A busca de possíveis responsáveis deve ser aprofundada em bases institucionais, visando identificar onde falharam os controles voltados para a inibição de fraudes.

Responsabilidades

A forma como as manipulações contábeis podem ser realizadas nos remete à discussão sobre a robustez dos controles internos. A verificação dos controles que eventualmente falharam está centrada no comportamento dos atores diretamente envolvidos (executivos, empresa e seu auditor externo), sendo deixada de lado a possível influência dos demais atores (órgãos de regulação e fiscalização).

Essa avaliação será realizada com a apuração das responsabilidades pessoais, levantadas com base em dois casos corporativos (Enron e WorldCom), bem como na atuação de sua empresa de auditoria externa (Andersen). Num segundo momento, esse foco será deslocado para a apuração de responsabilidades funcionais, ou seja, aquelas decorrentes de atribuições formais, tanto do ponto de vista interno – das diferentes unidades organizacionais da empresa envolvidas: contabilidade, controladoria e auditoria interna – quanto externo, ou seja, da empresa de auditoria externa.

Responsabilidades Pessoais

A apuração judicial de responsabilidades pelas fraudes na Enron vem sendo realizada de forma morosa, em função da destruição de documentos pela Andersen. Em 21 de julho, o ex-diretor da Enron, Michael Kopper, fez acordo com promotores federais e se declarou culpado de fraude e lavagem de dinheiro, denunciando o ex-diretor financeiro, Andrew Fastow, que fora seu chefe direto na empresa. Como parte do acordo, a empresa devolverá US\$ 12 milhões. A investigação provavelmente chegará ao seu ex-presidente Kenneth Lay, o grande beneficiário das fraudes perpetradas.

As fraudes na WorldCom levaram à prisão, em 1º de agosto, de Scott Sullivan, ex-diretor financeiro, e David Myers, ex-*controller*, que foram colocados em liberdade após pagarem fiança. Myers entrou em negociações com a Justiça para reduzir sua pena, admitindo sua culpa e denunciando os demais envolvidos. Em 28 de agosto, Sullivan e o ex-diretor de contabilidade geral da empresa foram formalmente indiciados. A Justiça está fechando o cerco para denunciar Bernard Ebbers, ex-diretor presidente da empresa e seu fundador, o qual foi o principal beneficiário das fraudes cometidas.

Nos dois casos, a empresa de auditoria externa foi a Andersen. No caso da Enron, seus auditores tiveram participação ativa em atos para encobrir os delitos cometidos, através da destruição de documentos comprometedores;

devendo ser lembrado que alguns ex-executivos da Andersen eram funcionários graduados da Enron na época das fraudes. No caso da WorldCom, os especialistas afirmam que os auditores da Andersen deveriam ter descoberto as fraudes, tanto pela sua dimensão quanto pelo seu caráter primário.

Responsabilidades Funcionais

Os profissionais da área contábil dos Estados Unidos e do Brasil encaram a postura ética na tomada de decisões para gerenciar resultados de forma significativamente diferente. As manipulações para o gerenciamento de lucros podem ser divididas entre as manipulações operacionais, como a concessão de descontos e créditos para garantia de vendas, e as manipulações contábeis, em geral acarretadas pela violação de princípios fundamentais de contabilidade (PFC).

Trabalho recente¹⁷ demonstrou que os profissionais dos EUA são mais tolerantes do que os brasileiros com relação às manipulações operacionais, tanto para reduzir quanto para aumentar os lucros. Essa equação se inverte com relação às manipulações contábeis para gerenciar resultados, revelando uma tolerância maior dos profissionais brasileiros em realizá-las.¹⁸

Os diferentes tipos de fraudes possuem características que tornam possível definir, *a priori*, a possibilidade de sua detecção no âmbito dos trabalhos de uma auditoria contábil:

- i) alguns casos de fraudes puras não são passíveis de detecção (uso de informação privilegiada, por exemplo, na qual os lesados estão, de forma difusa, no mercado de capitais); uns têm um grau médio de dificuldade na sua averiguação (desfalques cometidos por altos executivos contra a empresa), enquanto outros podem ser facilmente rastreados (por exemplo, desfalques de funcionários de baixo escalão contra a empresa);

17 Estudo realizado por Moacir Sancovski (UFRJ) e Felipe Janot de Matos (FACC/UFRJ), com base em pesquisas realizadas com 649 profissionais, leitores da Harvard Business Review, além de 265 contadores nos Estados Unidos e 300 profissionais no Brasil, dos quais 50% tinham cargos de gerência ou superintendência.

18 Os resultados indicaram que 79% dos americanos consideram éticas as manipulações operacionais, contra 53% dos brasileiros. Por outro lado, cerca de 30% dos brasileiros consideram infração grave ou antiética as manipulações contábeis com valores elevados, contra 76% dos americanos (Gazeta Mercantil, 31 de julho de 2002).

- ii) fraudes operacionais dificilmente serão detectadas pelos auditores (internos e externos), pois formalmente essas transações estarão suportadas por documentação legítima; e
- iii) fraudes contábeis podem ser descobertas com facilidade, naqueles casos em que houve uma afronta primária aos PFC, ou, outras vezes, com algum grau de dificuldade, por serem burlas sofisticadas, com baixa probabilidade de serem descobertas rapidamente.

O passo inicial para aferir a efetividade dos controles é verificar as responsabilidades funcionais a partir das atribuições formais de cada unidade organizacional.

Contabilidade e Controladoria

O funcionamento da contabilidade é mais bem assimilado através de uma abordagem sistêmica.¹⁹ Essa abordagem procura avaliar o funcionamento da contabilidade como um sistema de medição com quatro componentes: (a) partindo da definição de uma política contábil; (b) o sistema promove a coleta de dados primários; (c) realiza os ajustes necessários para a conversão desses dados em uma forma utilizável; e (d) divulga informações sintéticas através de relatórios contábeis e financeiros.

O processamento dessas informações é realizado por um Sistema de Informações Contábeis (SIC), constituído por recursos humanos e materiais, voltados tanto para a produção de informações operacionais (é o SIC atuando nas fases de coleta e de ajustes), quanto para a geração de informações gerenciais (é o SIC funcionando na fase de emissão dos relatórios contábeis e financeiros).

A ocorrência de fraudes contábeis pode se dar em qualquer uma das fases ou componentes do sistema: (a) na fase de definição da política contábil, que envolve a determinação das regras que regulam o sistema de medição, representadas pelos PFC, pelas convenções geralmente aceitas e pelas melhores práticas; (b) nas duas fases seguintes, representadas pela coleta e pelo ajuste dos dados (ou seja, no âmbito do SIC operacional); e (c) na fase de emissão dos relatórios contábeis e financeiros (isto é, no âmbito do SIC gerencial).

¹⁹ A visão sistêmica da contabilidade está fundamentada no primeiro capítulo do livro de Jaedicke e Sprouse (1974).

As decisões relativas à política contábil surgem quando existem alternativas aceitáveis para a medição dos efeitos de uma determinada transação.²⁰ Essa margem da escolha torna comum a adoção de regras específicas em um leque de procedimentos alternativos, sem que sejam violados os PFC e as convenções aceitas. Porém, muitos casos nos quais ocorrem mudanças nos PFC resultam na ocorrência de erros ou fraudes contábeis. Em algumas situações, pode se tratar de quebra da consistência, gerando uma nota explicativa nas demonstrações contábeis, dimensionando os efeitos da referida mudança.

As transações recorrentes recebem um tratamento rotineiro e manualizado nos níveis hierárquicos inferiores, enquanto as operações especiais nem sequer são manualizadas, sendo avaliadas e tratadas pelo alto escalão da empresa. Para o registro desse tipo de transação, como a apropriação de resultados de instrumentos derivativos, a divisão de contabilidade recebe apoio da controladoria, da área jurídica e, eventualmente, de consultores externos. Em alguns casos especiais, decisões sobre esse tipo de transação são definidas em nível de diretoria.

Esse contexto sinaliza uma baixa possibilidade de ocorrência de fraudes contábeis no âmbito do SIC operacional. Sua ocorrência depende da qualidade dos controles internos voltados para a divisão de tarefas, a segregação de funções e a minimização dos conflitos de interesses. Contudo, essa possibilidade é elevada no âmbito do SIC gerencial, pois a progressiva complexidade das transações efetuadas nas grandes corporações acelerou a tendência de especialização.

Tal situação fragiliza ou inutiliza alguns controles internos, pois muitas vezes o princípio da segregação de funções não é respeitado, trazendo à tona conflitos de interesses. A flexibilidade da contabilidade, por constituir um sistema de medição regido por práticas alternativas, pode induzir a exageros, seja por má-fé, seja pelo desconhecimento da hierarquia de suas regras por parte de alguma instância decisória.

20 A hierarquia das regras contábeis é clara: os PFC se sobrepõem às convenções, que por sua vez têm ascendência e dão orientação à escolha das melhores práticas, nessa ordem. Por exemplo, ao adotar a prática relativa ao registro de estoques, a empresa pode optar pelo método PEPS (primeiro-que-entra, primeiro-que-sai) ou pelo método de custo médio, em ambos os casos respeitando os PFC (como os princípios do registro pelo valor original e do regime de competência), e acatando as convenções aplicáveis (como as do conservadorismo e da materialidade).

*Auditoria Interna*²¹

O escopo dos serviços realizados pela auditoria interna abrange duas tarefas básicas: a principal é a de avaliar o sistema contábil e os controles internos, com vistas a aperfeiçoá-los; e a segunda é a de dar apoio aos trabalhos dos auditores externos.

A auditoria interna utiliza os fundamentos da chamada auditoria analítica. Essa especialização da auditoria trabalha com base em fluxogramas das operações para realizar a verificação dos controles internos de forma sistêmica.²² A análise dos possíveis pontos de ineficiência é aprofundada com o objetivo de obter soluções alternativas para o aperfeiçoamento dos controles internos. Seus trabalhos podem contribuir, eventualmente, para a execução dos trabalhos da auditoria externa.

Auditoria Externa

O papel da auditoria externa é múltiplo, em decorrência dos diferentes tipos de serviços executados por elas, que podem ser agrupados em três blocos: (a) os trabalhos de auditoria de balanço; (b) os relativos à auditoria especial para levantamento de passivos ocultos (*due diligence*), geralmente elaborados com o auxílio de advogados de diversas outras especialidades, como os trabalhistas e os tributaristas; e (c) os referentes à prestação de consultoria. Esses dois últimos tipos de serviços vêm sendo cada vez mais importantes no faturamento das empresas de auditoria externa.

A auditoria especial tem a finalidade de verificar a integridade patrimonial de uma empresa prévia à sua transferência de controle, em operações de privatização, aquisição, fusão ou incorporação. O escopo dos trabalhos está voltado para a apuração de valores ativos e passivos representados por insubsistências, superveniências e contingências.²³ Como o objetivo da

21 Os aspectos gerais referentes à auditoria estão fundamentados em Attie (1984), enquanto os relativos à avaliação de controles internos com o uso de técnicas da auditoria analítica estão baseados em Skinner e Anderson (1977).

22 A partir de um conjunto de fluxogramas preliminares é avaliada a estrutura dos sistemas e dimensionado o volume das transações, sendo realizada, em seguida, a auditoria dos sistemas. Esses fluxogramas são atualizados durante os trabalhos gerando o conjunto de fluxogramas definitivos, o que permite a avaliação dos controles internos, com a conseqüente identificação dos pontos de ineficiência do sistema.

23 As insubsistências são representadas por itens registrados na contabilidade e que não existem mais, enquanto as superveniências correspondem a itens atualmente existentes, porém não registrados na contabilidade. As contingências referem-se a itens que dependem da ocorrência de algum evento futuro para se materializarem. As primeiras são ajustadas através de estorno ou da constituição de provisões e as segundas são regularizadas através do seu registro. As contingências, quando relevantes, são relatadas em notas explicativas.

auditoria especial é o de garantir a integridade patrimonial espelhada pelas demonstrações contábeis, o exame de robustez dos controles internos é realizado de forma sumária. Os trabalhos são focados na aplicação de procedimentos de auditoria,²⁴ visando obter a comprovação integral dos ativos e passivos da empresa avaliada. Na sua execução, os indícios de fraudes são aprofundados com o objetivo de dimensionar seu volume com relação ao total dos ativos.

A prestação de consultoria pelas empresas de auditoria externa abrange uma ampla gama de serviços, desde aqueles em áreas afins, como a consultoria tributária e de sistemas, até aqueles trabalhos de porte com o objetivo de montar sistemas de planejamento e controle integrados à contabilidade.

A auditoria de balanço é o serviço prestado mais comum e tem o objetivo de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis de uma empresa, certificando que elas foram elaboradas em obediência aos PFC. Os trabalhos são executados com grande nível de planejamento e supervisão através do uso intensivo de papéis de trabalho, sendo executado em duas fases. Na primeira, são avaliados os controles internos, e, na segunda, em função do grau de robustez desses controles, são dimensionados e executados os procedimentos de auditoria. Portanto, a aplicação desses procedimentos é balizada pela qualidade dos controles internos e serão mais aprofundados e extensivos quanto menos robustos forem esses controles.

Diferenças entre Auditoria Interna e Externa

Essas diferenças podem ser agrupadas em três itens, relativos ao escopo dos trabalhos, grau de independência e postura para detecção de fraudes.

Na auditoria interna, o trabalho é realizado por funcionário da empresa; a revisão das atividades da empresa é realizada de forma contínua; o objetivo principal é atender às necessidades da administração; o trabalho é subdividido em relação às unidades organizacionais e aos limites de responsabilidade administrativa; e a revisão das operações e dos controles internos é voltada para a proposição de aperfeiçoamentos e para verificar o nível de aderência às normas internas (*compliance*).

Na auditoria externa, o trabalho é realizado por uma empresa de auditoria externa; o exame das informações relativas às demonstrações contábeis é

²⁴ Esses procedimentos compreendem o exame e a contagem física, a confirmação, o exame de documentos originais, a conferência de cálculos, o exame de escrituração, a investigação minuciosa, o inquérito, o exame de registros auxiliares, a correlação de informações obtidas e a observação.

periódico; o objetivo principal é atender às necessidades de terceiros no que diz respeito à fidedignidade das informações contábeis; o trabalho é subdividido de acordo com os principais grupos de contas do balanço patrimonial; a revisão das operações e dos controles internos é realizada para determinar a extensão em que devem ser aplicados os procedimentos de auditoria.

O auditor interno procura ser independente com relação às pessoas envolvidas nas operações ou unidades organizacionais que ele examina, porém permanece subordinado às necessidades e desejos da alta administração. Os serviços de auditoria externa compreendem a emissão de uma certificação independente para terceiros, portanto a credibilidade de seu parecer está associada ao nível de independência técnica e econômica de quem o emite.

O auditor interno está preocupado diretamente com o cumprimento das normas relativas à integridade e efetividade dos controles internos (*compliance*) e à detecção e prevenção de fraudes de qualquer natureza. O auditor externo se preocupa marginalmente com a detecção de fraudes, a não ser que haja uma grande probabilidade de elas afetarem a integridade dos valores arrolados nas demonstrações contábeis.

Atribuindo Responsabilidades

A empresa auditada ou a de auditoria externa não são responsáveis pelas fraudes puras contra o mercado e pelas fraudes operacionais. Portanto, a análise das responsabilidades fica circunscrita à apuração de fraudes contábeis ou fraudes puras contra a empresa, como os desfalques.

No âmbito interno, a responsabilidade pelas fraudes contábeis deve ser atribuída aos funcionários da divisão de contabilidade, da controladoria e da diretoria financeira de uma empresa. Estas podem ser atenuadas por três motivos: a crescente complexidade no registro de operações especiais; o alto grau de interferência da alta administração no registro de casos especiais; e a falta de independência de funcionários subalternos em denunciar fraudes praticadas pelo alto escalão da empresa. Estes dois últimos atenuantes podem ser aplicados, também, à unidade de auditoria interna das empresas.

No âmbito externo à empresa, a responsabilidade pelas fraudes contábeis deve ser creditada ao auditor externo. Suas possíveis responsabilidades são abrangentes: (a) ele é plenamente responsável pela detecção de todas as fraudes contábeis; (b) podem existir atenuantes, do ponto de vista técnico, nos casos de fraudes contábeis sofisticadas, porém sua responsabilidade

continua integral; e (c) nos casos de fraudes puras contra a empresa, a sua responsabilidade é relativa, na medida em que o escopo dos trabalhos de uma auditoria de balanço não é a sua detecção.

Ao vincular os casos tomados como exemplos, observa-se um mesmo padrão. No episódio WorldCom, foram indiciados, inicialmente, os executivos responsáveis pela contabilidade, controladoria e diretoria financeira, e está sendo apurado o grau de envolvimento dos demais atores, principalmente do diretor-presidente, com base em possíveis ganhos que tenham obtido com a prática das fraudes. A Andersen foi escrutinada, apurando-se fortes indícios de negligência ou conivência criminosas. No caso Enron, essas mesmas características sobressaem, com uma grande diferença: a participação ativa de auditores da Andersen na prática dos atos criminosos.

Greenspan arrolou culpados pela crise, entre eles os auditores internos e os agentes de classificação de risco. Sua conclusão não procede com relação aos auditores internos. A natureza e o escopo dos trabalhos desenvolvidos por eles visam, entre outras coisas, apurar possíveis fraudes, contudo, para a sua realização seriam necessários uma reduzida interferência da alta administração e um elevado grau de independência técnica e econômica. Essas condições negativas impedem a apuração de qualquer fraude perpetrada por altos executivos da empresa. A acusação também soa injusta com relação à atuação das agências de classificação de risco, cuja matéria-prima para a elaboração de seus relatórios de avaliação de risco depende da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos.

Limitações Econômicas e Técnicas

A certificação externa da prestação de contas de uma empresa ao mercado de capitais deve constituir o principal instrumento de controle para assegurar a fidedignidade das demonstrações contábeis. Os episódios analisados indicam que as falhas decorreram de vários motivos, porém ressaltam-se dois: o exercício da independência técnica dos auditores externos e a existência de possíveis limitações técnicas no escopo dos trabalhos de auditoria externa.

A credibilidade dos auditores externos exige uma efetiva independência, conceito que deve passar ao largo de qualquer suspeita de conflito de interesses, como a participação em outros negócios da empresa auditada ou a prestação de serviços de consultoria para a mesma. Ele deve buscar essa independência, tanto com relação à existência de qualquer interesse econômico na empresa auditada, quanto de uma possível concentração de sua carteira de clientes.

A outra dúvida que emerge é se o escopo dos trabalhos da auditoria externa está adequado aos fins a que se propõe. Trabalho recente²⁵ na área de contabilidade concluiu que, nas duas últimas décadas, os auditores se concentraram, cada vez mais, nos programas de computador para fazer balanços e checar os controles internos que supostamente revisam ou controlam o sistema, ao passo que diminuiu bastante, nos últimos anos, o volume de transações que são objeto de procedimentos de auditoria.

Essa postura contrasta com o antigo estilo de auditoria, que incluía um volume razoável de testes, e criou, aparentemente, um novo problema: os *softwares* e os controles internos nos quais os auditores externos confiam são eficientes para evitar que os empregados subalternos desviem pequenos valores, mas podem ser burlados pelos principais executivos, aqueles que movimentam milhões ou bilhões. Portanto, não deve ser descartada a possibilidade de que a responsabilidade funcional dos auditores externos possa estar sendo afetada pela complexidade e pelo volume de transações a serem revisadas ou auditadas.²⁶

Em síntese, grande parte da motivação dos envolvidos nos recentes escândalos corporativos esteve fundamentada na prática de uma ética empresarial desvirtuada. As inferências obtidas sugerem que os interesses escusos envolvidos nas fraudes decorreram, basicamente, de conflitos de interesses dos executivos com relação aos dos proprietários – e que afloraram em consequência dos planos de *stock options* – além da eventual falta de independência e de possíveis limitações técnicas aos trabalhos dos auditores externos.

A Prática da Ética Empresarial

Ética Empresarial²⁷

A ética empresarial é o comportamento da empresa – uma entidade com fins lucrativos – quando ela age em conformidade com os princípios morais e as

25 *O estudo Fraudando o interesse público: um exame crítico da engenharia dos processos de auditoria e a probabilidade de detectar fraudes, realizado por dois professores de contabilidade americanos e publicado na revista Critical Perspectives on Accounting (Dow Jones Newswires, Gazeta Mercantil, 30 de julho de 2002).*

26 *A solução para esse problema não é simples e pode envolver maiores exigências no que se refere à aplicação dos procedimentos de auditoria na execução dos serviços de auditoria contábil. Contudo, na busca de possíveis fraudes corporativas, deve ser desconsiderada a hipótese de se exigir, de forma generalizada, a realização de auditorias especiais (due diligence) para comprovação da integridade patrimonial das empresas de mercado. Essa exigência é descabida por dois motivos: por não ser tão disseminada a incidência de fraudes e pelos relativamente elevados custos decorrentes da contratação desse tipo de serviço.*

27 Baseado em Moreira (1999).

regras aceitas pela coletividade. Ao vincular a atuação da empresa ética ao bem comum, a ética empresarial encontra sustentação nas teorias do utilitarismo, do dever ético e contratualista e consubstancia ou permeia alguns dos conjuntos de regras éticas formais, como os códigos de conduta internos das empresas, os códigos de ética profissional de diversas categorias e as cartilhas de princípios de governança corporativa.

Para entender o conceito de ética empresarial é necessário ver a empresa como uma unidade econômica que utiliza os fatores de produção para gerar produtos ou serviços que serão vendidos no mercado pelo maior preço que este aceite pagar. A diferença entre o preço de venda e o custo constitui o resultado econômico, denominado lucro, cuja legitimidade vem sendo continuamente contestada.

No século XVII, Adam Smith procurou demonstrar que o lucro não é um acréscimo indevido, mas uma forma de distribuir renda e promover o bem-estar social, expondo uma visão que compatibilizava a atividade lucrativa com a ética. A atividade empresarial adquiriu crescente legitimidade quando passou a ser exercida com ética, a qual foi sustentada por leis e atos de proteção.²⁸

A noção de ética empresarial ficou mais objetiva quando combinada com o conceito de “desenvolvimento sustentável” que, na definição da Comissão Brundtland de 1987, significa “satisfazer as necessidades de nossa geração sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras”. Entre as medidas preconizadas estão o da ecoeficiência e o de plena transparência na prestação de contas.²⁹

Os princípios da ética empresarial convergem com os do desenvolvimento sustentado. Em primeiro lugar, quando os dois recomendam que as ativida-

28 *Os EUA têm a lei antitruste (Sherman Act, 1890); a proibição da prática de discriminação de preços por parte de uma empresa com relação aos seus clientes (Lei Clayton, início século XX); a política de preservação e proteção do meio ambiente (Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, promovido pela ONU em 1972); a lei contra a prática de corrupção no exterior (Foreign Corrupt Practices Act – FCPA, de 1977), entre outros.*

29 *O princípio da ecoeficiência preconiza a entrega de bens e serviços a preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas, aumentem a qualidade de vida e reduzam, de forma progressiva, os impactos ecológicos e a utilização intensiva dos recursos, durante todo o ciclo de vida do produto, sempre dentro de um nível compatível com a capacidade de absorção estimada da Terra. O princípio da ampla transparência compreende a divulgação de todas as informações essenciais relativas ao desempenho da empresa para os acionistas e os stakeholders (clientes, fornecedores, bancos, empregados e comunidade), em três linhas principais: na exposição dos resultados financeiros tradicionais, no relato de seu desempenho ambiental e na apresentação de sua postura social e ética.*

des empresariais devam ser exercidas com ética, o que contempla uma atuação de forma compatível com a capacidade do planeta, permitindo a existência de um legado para as novas gerações, e com uma prática empresarial equânime de fazer negócios com honestidade e com respeito aos clientes, fornecedores, empregados e consumidores. Em segundo, quando aderem ao pressuposto de que haja ampla transparência para todos os envolvidos, determinando que seja satisfeita a necessidade de um nível mínimo de informações, indispensável às negociações de eventuais conflitos, quer sejam de natureza ética, quer de natureza socioeconômica.

Empresa Socialmente Responsável

A visão tradicional de empresa orientada para a geração de lucros para seus proprietários está evoluindo para a percepção de que o objetivo central da empresa deve reconhecer os limites do socialmente correto e do ecologicamente aceitável. As empresas teriam que compatibilizar a visão privada com a função social do capital, portanto elas teriam uma permissão ou concessão da sociedade para operar, na medida em que suas atividades interessam tanto ao empreendedor quanto à comunidade. Essa visão corresponde ao reconhecimento da responsabilidade social dos empresários, os quais somente teriam legitimidade para exercer suas atividades se o fizerem com ética social e ambiental.

Os adeptos do pensamento liberal americano têm uma visão um pouco diferente do que seja “empresa socialmente responsável”, condizente com princípios de auto-regulação e de baixo intervencionismo do Estado nos negócios:³⁰ a função da empresa em um mundo capitalista é maximizar lucros, portanto empresa socialmente responsável é aquela que prioriza a eficiência, buscando preservar e aumentar seu valor para acionistas e funcionários. O corolário é que uma organização ética não precisa decodificar um conjunto de normas ou construir um código. Coadunando-se com essa visão, encontram-se as razões pelas quais o Balanço Social e Ambiental têm baixa aceitação pelas grandes corporações americanas.

³⁰ Exemplo dessa postura liberal é o fato de o promotor-geral do Estado de Nova York, Eliot Spitzer, ter se tornado, em pouco tempo, uma das figuras mais importantes do mercado financeiro. Sua popularidade foi consequência de ter priorizado o combate a fraudes contra investidores. As próprias empresas estão dando apoio às investigações por dois motivos: os promotores têm poder efetivo nos Estados Unidos e podem produzir suas próprias investigações, independentemente daquelas feitas pelos policiais; e o mercado prefere a intensificação da fiscalização a submeter-se a novas leis e regulamentos que podem, eventualmente, gessar as atividades das empresas.

Formalização da Ética

A prática da ética empresarial pode ser formalizada para atender a necessidades distintas: a adoção de códigos de ética para disciplinar as práticas de seus funcionários e executivos, e a implementação de uma cartilha de princípios de governança corporativa (GC) para explicitar e nortear o relacionamento entre os diversos pólos de poder da empresa: a diretoria executiva, o conselho de administração, os diversos comitês – de auditoria, de remuneração, de investimentos – o conselho fiscal e a empresa de auditoria externa.

*Os Códigos de Ética*³¹

O código de ética deve regular, entre outras coisas, a divulgação de dados da empresa; o exercício de um segundo emprego; a necessidade de autorização prévia para exercer cargo de direção em entidades como partidos políticos, instituições profissionais, associações de classe ou organizações de caridade; a concessão e o recebimento de brindes e presentes; a proibição de pagamento de propinas etc. E pode regular outras, como uma eventual autorização dos funcionários para a aplicação de testes aleatórios, de caráter confidencial, para observar o cumprimento de obrigação de não usar bebidas alcoólicas e drogas.

Existem regras básicas para que o código de ética funcione de forma adequada: ele deve ser completo e abrangente, não se restringindo apenas à parte das normas internas; suas disposições devem estar em sintonia com a cultura da empresa; e é necessário nomear um consultor ou *ombudsman*, para esclarecer as orientações do código e zelar pela sua observância.³²

Princípios de Governança Corporativa (GC)

A GC pode ser vista como um conjunto de práticas, utilizadas por empresa de capital aberto, que visam alinhar os interesses de todas as partes envol-

31 A *Éthics Officer Association*, entidade que reúne diretores e gerentes exercendo funções de administração de ética nas empresas, relata que todas as companhias da lista de 500 maiores empresas da revista *Fortune* têm códigos de ética. Esses códigos não indicam necessariamente que as empresas sejam corretas, pois a maioria delas ainda não distingue a ética do mero cumprimento da lei.

32 A observância das regras, em algumas empresas, é realizada por uma comissão indicada para isso, enquanto outras contratam especialistas externos, até como forma de evitar conflitos de interesses ou envolvimento emocional com colegas, nos casos de apuração interna de possíveis fraudes praticadas por funcionários. Comer, Price e Ardis (1990) apresentam um conjunto de técnicas de entrevistas com pessoas suspeitas de desonestidade nas empresas.

vidas no desempenho da empresa: os acionistas (controladores e minoritários), e os chamados *stakeholders*, compreendendo credores, empregados, clientes, fornecedores e a comunidade.

As práticas de GC referem-se à transparência, prestação de contas e tratamento dispensado aos acionistas. É recomendável que a sua adoção se faça por meio de uma cartilha de GC, a exemplo da cartilha recém-divulgada pela CVM, a qual tem o objetivo de explicitar esse conjunto de práticas, formalizando as regras de convivência entre atores com interesses diferenciados e, às vezes, até divergentes. A sua adoção está ancorada no interesse de facilitar o acesso da empresa ao mercado de capitais, portanto é aconselhável que o nível de adesão às práticas recomendadas seja explicitada na forma “pratique ou explique”. Dessa forma, a companhia poderá expor, de modo transparente, as suas razões para não adotar alguma recomendação.

A Prática da Ética Empresarial

A ética deixou de ser um luxo e passou a ser uma necessidade, tornando-se uma atividade corporativa voltada à reputação da companhia. Na opinião de alguns, o conselho de administração das empresas deveria tomar essa questão para si, tratando-a no âmbito de códigos de ética e de princípios de governança corporativa. Caberia ao conselho estimular uma cultura ética na empresa e demonstrar a evidente convergência entre o movimento ético e a GC.

Alguns acham que a implementação de um código de ética gera valor para a empresa tanto para o público externo quanto para o interno; os consumidores valorizam mais empresas politicamente corretas; e, uma vez implementado, o código ajuda a empresa a atrair e manter em seus quadros empregados mais afinados com seus valores.

Outros são da opinião de que os códigos de ética têm pouco a fazer para controlar a ação de agentes numa organização complexa, porém podem funcionar como meio de punição. Constata-se que em empresas em que a fraude e a desonestidade estão presentes, existe a necessidade de exercer algum tipo de controle sobre as ações de seus agentes e clientes internos. A principal função dos códigos de ética é utilizá-lo, nos casos em que se apure a sua desobediência, para exercer a punição do funcionário e garantir salvaguardas legais à empresa.

João Bosco Lodi, consultor de empresas, opinava que um código de conduta e um telefone vermelho não mudam o comportamento moral da alta adminis-

tração da empresa e de seus quadros gerenciais.³³ Sua impressão é que a ética é, para muitas empresas, apenas uma cortina para uma forma mais sutil de hipocrisia empresarial e um investimento para resguardar a imagem de respeitabilidade dos conselheiros e dirigentes, pois, em muitos casos, os milhões gastos em ética são mais uma sacada de marqueteiros para melhorar a reputação da empresa.

Em suma, a ampla disseminação de códigos de conduta empresariais não esconde o fato de que uma organização ética não necessita decodificar um conjunto de normas ou construir um código, pois valores éticos devem estar implicitamente aceitos pelos seus funcionários, desde que sejam desejados, de fato, por aqueles envolvidos em decisões com dilemas morais.

Algumas das fraudes corporativas nos EUA resultaram da implementação de planos equivocados de *stock options* e de um esquema de concentração de poderes, ambos convergindo para uma situação de inadequada segregação de funções, propiciando a emergência de conflitos de interesses entre os detentores das opções e os detentores das ações.

Pesquisa recente³⁴ explorou a hipótese de que os planos de *stock options* implementados nas grandes empresas americanas tiveram seus objetivos originais desvirtuados. Nos moldes praticados, as *stock options* inibem uma vinculação efetiva entre o desempenho esperado – acima da média – e sua remuneração. As conclusões foram de que seus resultados recompensam a mediocridade; são concedidas por um preço de exercício igual ao preço vigente no mercado; seus preços de exercício podem ser reajustados; elas podem ser vendidas tão logo os executivos tenham direito a elas; entre outras práticas. Segundo concluíram os pesquisadores, os planos de *stock options*, conforme usualmente praticados pelas grandes corporações americanas, constituem formas de extração e transferência de lucros das empresas para seus executivos bem acima do que determinariam a eficiência do mercado e o valor máximo do acionista.

Bons princípios de GC devem estabelecer um nível de segregação de funções que conceda harmonia às funções exercidas e equilíbrio de poderes. Numa empresa em que os princípios de GC estejam implementados, a

33 *Ética a serviço da imagem*, artigo publicado na Gazeta Mercantil de 3 de abril de 2000.

34 *Managerial power and rent extraction in the design of executive compensation*, de Lucian Bebchuk, Jesse Fried e David Walter, pesquisadores da Harvard Law School e da Universidade da Califórnia, a ser publicado na University of Chicago Law Review (The Economist, publicado em Valor Econômico de 16 de julho de 2002).

diretoria deve prestar contas ao conselho de administração, que por sua vez deve ser integrado por conselheiros independentes. O conselho tem que ter uma participação efetiva em diversas áreas: no comitê de remuneração, para negociar esquemas de remuneração que não sejam extorsivos; no comitê de auditoria, para orientar a condução dos trabalhos realizados pela auditoria externa; e assim por diante. Esses diferentes sistemas de controle procuram equilibrar os pólos de poder para que as decisões sejam tomadas em benefício de todos os interessados.

Nos casos da Enron e da WorldCom, os princípios de uma boa GC revelaram-se ausentes, contribuindo para a prática de atos antiéticos. Em ambos os casos, os interesses dos executivos e dos acionistas não estavam alinhados, pois as *stock options* induziam à prática de fraudes. Nos dois casos, os conselhos de administração não exerciam suas atividades com independência, sendo compostos, em parte, e dominados pelos diretores executivos. No caso da Enron, para realizar seu trabalho de certificação independente, a Andersen reportava-se à diretoria executiva, justamente onde havia um grande número de interessados na execução das fraudes que foram cometidas. Curiosamente, existiam códigos de ética nas duas empresas.

6. As Lições que Ficaram

Apesar da diferença radical entre a realidade americana e a nacional, o trabalho se propõe a estabelecer paralelos com o ambiente e a situação das empresas que se referem às práticas contábeis, de auditoria e de GC, na procura das lições resultantes dos episódios relatados.

Este trabalho não abordou, de forma sistemática e em detalhes, nenhum escândalo financeiro ocorrido com empresas nacionais, pois a imprensa brasileira geralmente não reporta os casos de escândalos financeiros em detalhes, nem os acompanha com o auxílio de especialistas financeiros. Por esses motivos, existe uma grande dificuldade em obter um quadro transparente dos escândalos financeiros ocorridos no País.³⁵

³⁵ Por exemplo, foi publicado um artigo relatando o fato de a Secretaria da Receita Federal ter multado três laboratórios farmacêuticos em R\$ 90 milhões; e estar com outros 17 sob fiscalização. As multas eram decorrentes da apuração de possíveis fraudes em preços de transferência, visando aumentar o custo de matérias-primas importadas das matrizes, com a conseqüente redução da base tributária. Apesar da aplicação da multa por sonegação fiscal, trazendo o assunto para a esfera do interesse público, o artigo não nomeava nenhuma das empresas envolvidas (O Globo, 22 de julho de 2002).

Um Outro Contexto

Ética e Desenvolvimento Humano

O último *Relatório de Desenvolvimento Humano*, divulgado no final de julho pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fez uma avaliação do sistema político de diversos países baseado em 11 quesitos, dos quais nos interessam três para efeitos deste artigo: liberdade de imprensa, índice de percepção de corrupção e estado de direito.

Com relação ao primeiro, o Brasil foi avaliado como tendo uma imprensa parcialmente livre, obtendo nota 31 numa escala de 0 a 100. Essa nota situa o País numa posição bastante próxima da classificação de liberdade total (faixa de 0 a 30 pontos). No entanto, o quarto poder não tem exercido, de forma efetiva, sua liberdade para divulgar desvios éticos no ambiente empresarial, sendo relevante destacar que as redes de comunicações estaduais estão, quase todas, dominadas por famílias de políticos, o que sugere a forte possibilidade de a transparência do fluxo de informações estar comprometida, favorecendo a prática de fraudes em todos os níveis.

O índice de corrupção do Brasil recebeu nota 4, numa escala de 0 a 10, salientando que notas inferiores a 5 reprovam os países nesse quesito. Na opinião de executivos, analistas de risco e acadêmicos, o Brasil não passa no teste de corrupção governamental, estando classificado em 56º lugar na lista dos países mais corruptos dentre uma lista de 102 países. A percepção de que a corrupção é alta no Brasil tem dois desdobramentos: significa menor propensão a investir por parte de investidores estrangeiros, pois alta corrupção significa maiores custos; e representa menor qualidade de vida para os brasileiros, pois o grau de corrupção está diretamente ligado à qualidade de vida de nossa população. Nessa mesma pesquisa, comparativamente, os EUA estão em 16º lugar, com 7,7 pontos.

O quesito estado de direito foi um no qual o Brasil teve uma das piores avaliações, obtendo nota -0,26, numa escala de -2,5 a + 2,5. Esse quesito é julgado com base na existência de mercados negros, no respeito público e privado a contratos, na corrupção do sistema bancário, em obstáculos à realização de negócios e na previsibilidade das decisões do Poder Judiciário. Essa nota reflete um contexto muito difícil para a prática das atividades e da ética empresariais.

O ambiente nacional aqui delineado não favorece os negócios. Os três fatores avaliados de forma negativa contribuem para explicar duas situações: o baixo volume de crédito direcionado para as atividades empresariais, fruto de uma relação desequilibrada entre credor e devedor; e a reduzida participação do mercado de capitais no financiamento dos negócios, acarretada em grande parte pela baixa proteção aos acionistas minoritários.

Corrupção e Fraudes Contábeis

As perdas anuais com fraudes chegam a US\$ 400 bilhões em todo o mundo, de acordo com a Kroll, empresa especializada em gerenciamento de riscos. Tem crescido o número de empresas que pede a abertura de inquéritos policiais para coibir práticas fraudulentas cometidas por funcionários e até mesmo por executivos, pois somente com inquérito policial a empresa pode responsabilizar o fraudador e se eximir da responsabilidade civil que os atos fraudulentos possam ter causado a terceiros.

Entre as fraudes mais comuns cometidas no Brasil estão os desvios de recursos por funcionários (fraudes puras) e as manobras para a redução do lucro (fraudes contábeis). As fraudes puras têm um perfil bem distinto, pois ocorrem, em geral, em esquemas montados com fornecedores ou funcionários do governo, em prejuízo do proprietário da empresa, o que espelha um ambiente menos propício a fraudes do tipo Enron.

No Brasil, o direito romano-germânico ou direito positivo impõe à contabilidade intensa normatização, embora a verificação da aderência das demonstrações contábeis aos PFC ainda encontre algumas áreas cinzentas, em que as leis e normas deixam espaço para o arbítrio das empresas. A redução do lucro é, por excelência, o campo das fraudes contábeis no País, sendo realizada com um objetivo: minimização de impostos e de dividendos. Na estrutura societária de grande número de empresas brasileiras, com controladores bem definidos, todos os meios são acionados para manter os recursos dentro da empresa.

As fraudes contábeis envolvem desde acintosas afrontas aos PFC até manobras mais sutis, de difícil confirmação, e que ocorrem principalmente em contas do balanço que não podem ser checadas fisicamente. Essas manobras são realizadas com transações cuja mensuração está permeada por um alto grau de subjetividade, resultando em valores que não podem ser clara e objetivamente definidos, e afetam as estimativas para as provisões e contin-

gências trabalhistas e ambientais, as provisões para devedores duvidosos e o nível de obrigações atuariais com fundos de pensão, entre outras.

O estudo que avaliou o grau de permissividade ética dos profissionais da contabilidade no Brasil³⁶ com relação à natureza da manipulação – operacional ou contábil – traduz a lógica que orienta o comportamento deles. O fato de as empresas nacionais de capital aberto terem controle concentrado por grupos familiares, com gestão parcialmente familiar exercida num contexto relacional, contribui para explicar a inclinação dos profissionais de contabilidade no Brasil a serem mais receptivos a manipulações contábeis do que os seus congêneres americanos.

A situação diferenciada das empresas brasileiras em relação às americanas decorre de vários motivos: é pequeno o contingente de empresas com ações negociadas em bolsa de valores; a concessão de *stock options* não constitui prática comum no Brasil; e as medidas saneadoras implementadas após os grandes escândalos ocorridos na década de 1990, como os dos bancos Econômico e Nacional, parecem ter se revelado eficientes.

Auditoria Externa

A atuação profissional dos auditores externos está regulada pela Instrução CVM 308, emitida em 14 de maio de 1999, com a exceção do seu Art. 23, que se encontra *sub judice*. Tal artigo, em seus dois incisos, estabelece regras de impedimento para as empresas de auditoria, vedando a prestação de serviços quando ela adquirir ou manter valores mobiliários da entidade ou prestar, de forma concomitante, serviços de consultoria e de auditoria externa.

As demais regras estão em vigor e são abrangentes, incluindo a exigência de exame de qualificação técnica; a obrigatoriedade de rotação de auditores após cinco anos; a implantação de programa interno de controle de qualidade; a revisão de seu controle de qualidade por empresas pares; e a implantação de programa de educação continuada.

A Instrução CVM 308 representa um considerável avanço em proporcionar um contexto operacional com menor conflito de interesses entre as empresas e seus auditores. Enquanto reguladores de outros países discutem a adoção de medidas para minimizar a emergência de conflitos de interesses, essa instrução vem sendo contestada na Justiça brasileira há três anos.

36 Estudo de Moacir Sancovski (UFRJ) e Felipe Janot de Matos (FACC/UFRJ).

Na frente da fiscalização, uma fonte da CVM revelou que a autarquia detectou, desde 1994, mais de cem casos de empresas que apresentaram um lucro menor do que o real. Em 2001 foram republicadas demonstrações contábeis de 17 empresas, chegando a dez só no 1º semestre de 2002.

A Governança Corporativa no Brasil

As grandes corporações americanas têm suas ações distribuídas de forma altamente pulverizada, o que exige um conjunto de princípios de GC bem diferente do demandado pelo mercado de capitais brasileiro, no qual as empresas são, em sua maioria, de controle claramente identificado.³⁷

No Brasil, o prêmio de controle³⁸ é elevado em relação a outros países, o que sugere a existência de uma fraca proteção aos minoritários, pois, em tese, deveria haver ganhos para todos.³⁹ Os minoritários perdem quando os administradores não seguem os objetivos dos investidores, diluindo o direito dos minoritários através de pagamento de salários excessivos, vendas de ativos ou produtos para empresas controladas pelos próprios administradores a preços favoráveis, escolha de estratégias de investimento orientadas por razões pessoais etc.

No contexto nacional, os princípios de GC deveriam estar focados na defesa do minoritário através da formalização de normas explícitas regulando os direitos e deveres dos acionistas controladores e dos minoritários. Existe uma corrente que nega a ênfase à proteção do minoritário, restringindo o alcance de objetivos da GC à melhoria da gestão, em nome de uma enviesada “tropicalização”. Encampam, ainda, a tese de que a defesa dos acionistas minoritários é assunto que foge ao escopo de uma GC tropicalizada. Subjacente a esse raciocínio está a premissa de que a mediação de conflitos entre os controladores e uma administração profissionalizada deveria constituir o seu cerne.

37 Avaliação realizada esse ano revelou que, no Brasil, 605 das empresas abertas possuem um acionista com mais de 50% dos votos e este acionista possui em média 74% do capital votante. Entre as empresas em que o controle não está em mãos de um único acionista, os três maiores possuem 78% do capital votante e os cinco maiores detêm uma parcela de 82% do capital votante.

38 É o valor adicional ao preço de mercado pago por um terceiro para garantir a maioria do capital votante de uma empresa. Em tese, ao deter uma parcela grande do capital de uma empresa, o investidor está correndo um risco maior porque não está diversificando. Esse risco deve ser compensado pelo benefício do prêmio de controle.

39 Ao comprar ações de uma empresa, o investidor espera uma maximização do retorno do capital investido nas ações; mas quando há concentração do controle, esse objetivo não será necessariamente seguido pelos controladores da empresa, porque eles já têm garantido o prêmio de controle.

Os partidários dessa GC restrita têm uma visão reducionista: por menor que seja a participação de recursos do mercado providos pelos acionistas minoritários, sua defesa é a essência ética de um bom padrão de GC, na medida em que a sua adoção busca conceder equilíbrio, numa relação de poder, à parte menos protegida. Essa postura restritiva também minimiza o fato de que as empresas abertas brasileiras têm outras obrigações além daquelas relativas à otimização da gestão operacional, como a de realizar uma adequada prestação de contas.

7. Conclusões

A gênese da crise de credibilidade das corporações americanas foi creditada por alguns a falhas estruturais do mercado, enquanto outros viram suas origens em fatores ligados ao funcionamento do mercado, portanto, de natureza conjuntural. Alguns analistas valorizam sua futura importância histórica, prevendo que o governo de George W. Bush será mais conhecido pelos escândalos corporativos do que pela tragédia de 11 de setembro.

A análise dos casos permitiu estabelecer inferências que convergem para o diagnóstico de existência de uma crise de natureza conjuntural. As suas raízes estão nos baixos padrões éticos utilizados pelos envolvidos e demonstrou que foi um espasmo localizado em setores específicos, embora com consequências que se afiguram significativas para a economia real. A realidade brasileira não é semelhante à americana, pois no Brasil, entre outras diferenças, existe a percepção de um nível mais elevado e generalizado de corrupção; aqui prevalece o sistema de controle definido para grande parte das empresas de capital aberto, de origem familiar; e observa-se baixa disseminação de *stock options* entre os incentivos concedidos para os executivos.

Duas importantes lições que a crise de credibilidade corporativa ressaltou – com as devidas ressalvas relativas ao contexto e atuação diferenciados – são que as atividades empresariais terão maior legitimidade quando forem praticadas com ética e que a prática da ética empresarial é essencial para impedir a ocorrência de desvios éticos pelos executivos ou controladores de empresas nacionais.

As empresas somente serão “socialmente responsáveis” e “éticas” quando esses padrões de comportamento passarem a serem demandados, ou melhor, exigidos pelos *stakeholders* e pela comunidade. Sem uma mudança nas

estruturas de governança de nossas empresas, exigindo maior transparência e participação, não há como crer que empresas se tornarão éticas por meio da simples adoção de códigos de ética e da inclusão, em seus relatórios financeiros, de discursos carregados de auto-elogios elaborados por marqueteiros. Um posicionamento firme na demonstração de que a empresa está adotando um elevado padrão de governança seria a sua adesão formal aos princípios de GC, com sua divulgação através de uma cartilha a ser distribuída para todos os seus acionistas.

A campanha por melhores padrões de governança corporativa significa o estímulo à implementação de um sistema de separação e equilíbrio entre os poderes, tendo como principal finalidade fazer com que os gestores de empresas abertas reconheçam que quem administra recursos da coletividade está desempenhando uma função social e tem um dever fiduciário. No fundo significa fazer prevalecer o interesse social e introduzir a ética empresarial na gestão societária, evitando que o poder seja exercido de modo arbitrário pelo controlador.

Apêndice

Descrição dos Casos

(Dados Coletados até 30 de agosto de 2002)

Adelphia

Em 25 de junho, a Adelphia Communications, sexta maior empresa americana de TV a cabo, com seis milhões de clientes, entrou com pedido de falência, declarando dívidas de US\$ 18,6 bilhões e deixando prejuízos estimados em US\$ 60 bilhões aos investidores. Os promotores da Justiça e investigadores da SEC acusam ex-diretores da empresa de ocultar, de forma fraudulenta, cerca de US\$ 2,3 bilhões em dívidas, além de usar recursos da empresa em benefício próprio, para comprar ações, apartamentos de luxo e até para construir um campo de golfe.

Em 24 de julho, o fundador da empresa, John Rigas, dois de seus filhos e dois ex-executivos foram presos, acusados de desfalque de mais de US\$ 1 bilhão. Coincidentemente, no mesmo dia, a bolsa de valores subiu mais de 6%.

AOL Time Warner

Em 26 de julho, as ações do grupo AOL Time Warner caíram 15% depois de a empresa ter informado o mercado que a SEC estava investigando as transações de sua subsidiária America Online. O órgão regulador instaurou uma investigação depois da publicação de matéria no jornal *The Washington Post*, afirmando que a empresa, no período de julho de 2000 a março de 2002, teria utilizado métodos inadequados para contabilizar a receita de anúncios de sua subsidiária America Online, contribuindo para inflar as receitas em US\$ 270 milhões.

O porta-voz do grupo informou estar “muito tranquilo” com relação à veracidade das informações contábeis, que conta com a anuência de sua empresa de auditoria externa, a Ernst & Young, ressaltando, ainda, que o valor total dos acordos é imaterial, correspondendo a 2% do seu faturamento.

Essa não é a primeira vez que o balanço da AOL é questionado: em maio de 2000 a companhia preferiu pagar uma multa de US\$ 3,5 milhões para encerrar um inquérito da SEC, no qual era acusada de contabilizar como receitas o custo do envio de disquetes por correspondência a potenciais clientes.

Em 1º de agosto, o Departamento de Justiça dos EUA entrou com investigações em paralelo a fim de examinar as mesmas transações. Em 15 de agosto, o grupo reconheceu que sua divisão AOL contabilizou três transações caracterizadas como negociações simultâneas (*round trip*), o que inflou seus resultados em US\$ 49 milhões. Curiosamente, uma das transações foi com a UUNet, subsidiária da WorldCom, e outra com a Qwest, ambas em curso problemático. A SEC está investigando essas transações.

WorldCom

A empresa é a segunda maior companhia de telefonia de longa distância dos EUA e já era malvista no mercado antes de protagonizar o maior processo de reestruturação financeira ocorrido no mundo, superando inclusive a concordata da Enron. Especialistas dizem que os auditores da Andersen deveriam ter descoberto as fraudes cometidas.

O caso começou em 25 de junho, quando a empresa informou ter registrado, de forma equivocada, mais de US\$ 3,85 bilhões de despesas como se fossem

investimentos. Acusada de fraude pela SEC, em 21 de julho pediu concordata, registrando US\$ 107 bilhões em ativos e US\$ 41 bilhões em dívidas, incluindo US\$ 30 bilhões aos detentores de bônus.

A WorldCom perdeu US\$ 100 bilhões de valor de mercado entre 25 de junho e 1º de agosto. A constatação de que os executivos da empresa haviam ganhado US\$ 140 milhões em salários, bônus e lucros na venda de ações ao mesmo tempo em que cometiam fraudes contábeis para apresentar lucros inexistentes, lesando o público investidor, causou grande indignação pública e contribuiu para a rápida tramitação da Lei Oxley-Sarbanes, promulgada em 30 de julho.

Os ex-executivos Scott Sullivan (diretor financeiro) e David Myers (*controller*) entregaram-se às autoridades federais em 1º de agosto, sendo liberados depois de pagar fianças milionárias de US\$ 10 milhões e US\$ 2 milhões, respectivamente, e de ter seus passaportes apreendidos. Eles responderão em liberdade a uma investigação que abrange sete casos de fraudes com títulos financeiros, conspiração para realizar fraudes e fornecimento de declarações inexatas à SEC.

Em 9 de agosto, foram divulgados novos erros encontrados pelos auditores externos nas demonstrações contábeis relativas a 1999 e 2000, representados por US\$ 3,3 bilhões de provisões e maus empréstimos lançados como lucro operacional, ampliando para US\$ 7,2 bilhões o valor dos prejuízos ocultos no passado e que serão corrigidos com a republicação das demonstrações contábeis.

O fundador e ex-presidente da empresa, Bernard Ebbers, que pediu demissão em abril deste ano sob pressão dos acionistas, está na mira da Justiça, pois está devendo US\$ 408 milhões à empresa, referentes a um empréstimo pessoal obtido no final de 2000 para cobrir prejuízos nas aplicações em ações.

Em 28 de agosto, Scott Sullivan foi formalmente indiciado sob as acusações de prestar informações falsas à SEC e de ter orquestrado a fraude contábil de US\$ 7,2 bilhões. Com ele foi indiciado Bufford Yates Jr., ex-diretor de contabilidade geral da empresa.

Qwest

Em 10 de julho, a Qwest, quarta maior empresa de telefonia local dos EUA anunciou que estava sendo objeto de uma investigação criminal pelo Depar-

tamento de Justiça, além de confirmar que também vinha sendo investigada pela SEC.

Em 29 de julho, admitiu ter contabilizado, de forma errada, cerca de US\$ 1,16 bilhão relativos a vendas de equipamentos de comunicação durante o período de 1999 a 2001. Confirmou estar revendo suas práticas contábeis e que republicaria suas demonstrações contábeis referentes aos últimos exercícios com o auxílio da KPMG, sua atual auditora.

Em 8 de agosto, anunciou um prejuízo de US\$ 1,1 bilhão relativo ao segundo trimestre. Analistas temem que a empresa seja forçada a pedir concordata a curto prazo.

Global Crossing

A empresa é uma das maiores empresas de telecomunicações dos EUA (detém ativos de US\$ 25,5 bilhões), estando em concordata desde janeiro deste ano. Existem suspeitas de fraude representada por um esquema de venda e recompra de capacidade de transmissão com o objetivo de inflar a receita (trocas vazias).

Em 9 de agosto, a Global Crossing acertou a venda de uma participação majoritária na companhia para as empresas asiáticas Hutchison Whampoa e Singapore Technologies Telemedia, que pagaram US\$ 250 milhões por 61,5% da empresa, sendo os restantes 38,5% entregues aos credores de uma dívida de US\$ 12,4 bilhões.

Tyco International

Este caso começou no início do ano, quando Dennis Koslowski, na época diretor-presidente do conglomerado Tyco International, foi indiciado pelo IRS (Departamento da Receita Federal) por sonegação de mais de US\$ 1 milhão em impostos sobre a compra de obras de arte no valor de US\$ 13 milhões.

O IRS passou, logo depois, a investigar as atividades do conglomerado, uma *holding* diversificada sediada nas Bermudas com interesses em fábricas de conectores elétricos, equipamentos médicos e alarmes de incêndio, e que mudou, nos últimos anos, várias de suas subsidiárias para paraísos fiscais no Caribe, como Bermudas, Barbados e Ilhas Cayman.

Em 2 de junho, Koslowski saiu da empresa e está sendo processado por sonegação de impostos, destruição de provas e falsificação de documentos na Justiça de Nova Iorque. Segundo denúncia do *The Wall Street Journal*, a companhia gastou US\$ 135 milhões nos últimos cinco anos para sustentar o estilo de vida extravagante de seu ex-executivo.

Duas ONGs americanas, a United for a Fair Economy e a Institute for Policy Studies, consideraram Kolowski o caso mais escandaloso de descompasso entre ganho pessoal e desempenho administrativo: o executivo ganhou US\$ 331 milhões de uma empresa que perdeu US\$ 71 bilhões em valor de mercado e que demitiu 18 mil pessoas.

Xerox

Em abril deste ano, a SEC aplicou à Xerox, produtora de equipamentos digitais, uma multa de US\$ 10 milhões, a maior em um caso de desrespeito a regras para a elaboração de demonstrações contábeis, e adotou uma postura pouco usual de criticar vigorosa e publicamente a empresa por não cooperar com uma investigação que já dura dois anos.

Em 28 de junho, no âmbito do acordo que fez com a SEC, a Xerox republicou suas demonstrações contábeis devido à “má aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos”, embora a SEC continue a investigar ex-executivos da Xerox e da KPMG, antes responsável pela auditoria da empresa. A republicação abrange os cinco últimos anos e implicou no estorno de US\$ 6,4 bilhões de receitas e de US\$ 1,4 bilhão em lucros, decorrentes da desconsideração de receitas futuras de grandes contratos de longo prazo. Na realidade, essas receitas deveriam ser contabilizadas gradualmente, conforme fossem sendo fornecidos os produtos e serviços. Em muitos casos, esses contratos têm sua progressão condicionada a metas que podem ser rompidas antes do final.

Duas semanas após a republicação dos números revisados, constantes de um documento de mil páginas, os analistas continuavam tendo dificuldades em estimar as implicações da revisão sobre os lucros futuros e a evolução do fluxo de caixa da empresa, devido à falta de clareza das demonstrações republicadas. Esse fato, aliado ao pesado endividamento da empresa, torna pessimista a perspectiva de valorização do papel da empresa na bolsa de valores.

ImClone Systems

Em 28 de dezembro do ano passado, os papéis da ImClone sofreram forte queda nas bolsas devido à divulgação de que o FDA (Food and Drug Administration) não havia autorizado a continuidade dos testes com o Erbitux, um novo fármaco contra o câncer, que estava em fase de testes. No dia anterior à divulgação oficial houve um grande movimento de venda de ações da empresa por parte de familiares e amigos de Sam Waksal, então diretor-presidente da empresa, caracterizando o uso de informações privilegiadas.

No início de junho, Sam Waksal, já na qualidade de ex-diretor-presidente, foi preso, sendo liberado após pagar fiança de US\$ 10 milhões sob a acusação de cometer fraudes, perjúrio e de usar informações privilegiadas. Em 08 de agosto, foi formalmente indiciado por uso de informações privilegiadas na negociação de ações da ImClone, obstrução da Justiça, fraude bancária e conspiração para cometer perjúrio. Ele não conseguiu chegar a um acordo com os promotores para se declarar culpado em troca de uma redução na sentença.

Bristol-Meyers Squibb

Em 12 de julho, a imprensa divulgou que a Bristol-Meyers Squibb, quinta maior empresa farmacêutica do mundo, estava sob investigação da SEC. Durante os anos de 2000 e 2001, ela lançou uma campanha agressiva de descontos e promoções para seus distribuidores, o que pode ter inflado suas receitas em US\$ 1 bilhão. Os clientes ficaram com estoques superdimensionados, o que deve reduzir o faturamento da empresa à metade do que faturou em 2001. A posição da empresa é a de que não houve irregularidade contábil.

Merck

Em 6 de julho, a Merck republicou suas demonstrações contábeis relativas aos três últimos exercícios, com o estorno de receitas e custos no idêntico valor de US\$ 12,4 bilhões, referentes a receitas derivadas de co-pagamento por parte de clientes, uma espécie de franquia paga pelos clientes de sua subsidiária MedCo na compra de remédios.

A republicação foi decorrência de orientação da SEC, no âmbito de uma oferta inicial de ações (IPO) da MedCo. O ajuste teve sinal verde da

PricewaterhouseCoopers (PwC), sua atual auditora externa, que substituiu a Andersen em fevereiro.

A SEC analisou as demonstrações depois da revisão contábil e, não tendo encontrado problemas, autorizou a venda dos papéis. Recentemente, a S&P concedeu classificação triplo A para a empresa, por considerar que suas práticas contábeis são consistentes.

Enron

Em setembro de 2001, começaram a circular boatos sobre a saúde financeira da Enron. Em outubro, a empresa informou um prejuízo de US\$ 618 milhões no terceiro trimestre e reduziu o valor de seus ativos em US\$ 1,2 bilhão. Em novembro, a empresa admitiu ter inflado seus lucros em US\$ 586 milhões ao longo dos cinco anos anteriores. Nesse mesmo mês, fracassou a tentativa de fusão com a rival Dynegy. Em 1º de dezembro de 2001 a Enron entrou com pedido de reestruturação financeira, num processo envolvendo ativos de US\$ 63 bilhões, perdas de US\$ 32 bilhões em valor de mercado para as ações e US\$ 1 bilhão de perdas do fundo de pensão dos funcionários.

O caso foi emblemático por vários motivos: foi a maior concordata no mercado de capitais até então, representava a *débâcle* da sétima maior empresa americana, considerada, até então, uma empresa modelo; evidenciava a colaboração dos auditores da empresa, a Andersen, no esquema de fraudes; mal ocultava o envolvimento da elite política americana com os executivos da empresa; e expunha os frágeis padrões de governança corporativa vigentes na empresa.

Em 24 de janeiro deste ano, David Duncan, ex-auditor da Andersen, responsável pela conta da Enron, recusou-se a testemunhar perante uma subcomissão do Congresso. A Andersen foi informada das irregularidades na contabilidade da empresa meses antes de elas virem a público. Dias antes de eclodir o escândalo, executivos da Andersen apagaram arquivos de computador e picotaram documentos da Enron, destruindo “um número significativo, mas indeterminado” de documentos relacionados com a auditoria feita pela empresa na contabilidade da Enron, conforme admitiu posteriormente o executivo-chefe da Andersen.

O cerco começou a se fechar em 21 de julho, quando Michael Kopper, ex-diretor da Enron, declarou-se culpado, perante um Tribunal Federal, por lavagem de dinheiro e fraude, num acordo com os promotores. Ele era

auxiliar direto e substituto oficial de Andrew Fastow, ex-diretor financeiro da Enron, e reconheceu que ajudou seu chefe a esconder transações com parcerias privadas para ocultar perdas de US\$ 1 bilhão, inflar lucros e contribuir para levar a Enron à concordata. Como parte do acordo, Kopper vai devolver US\$ 12 milhões, dos quais US\$ 8 milhões irão para a SEC. Após seu depoimento, ele foi libertado mediante pagamento de multa de US\$ 5 milhões e pode ser condenado à pena máxima de 15 anos de prisão pela sua participação nas fraudes. Segundo relatório da comissão especial criada para apurar o caso, Kopper ganhou mais de US\$ 10 milhões e Fastow, mais de US\$ 30 milhões com essas fraudes.

Em 30 de julho, a Justiça Federal americana decidiu, por unanimidade, que a Andersen era culpada de obstrução da Justiça na investigação de fraude na falência da Enron. A destruição de documentos feita pela Andersen contribuiu para prejudicar as investigações e atrasar o processo de apuração de responsabilidades no caso.

Dynegy

Em 6 de agosto, a imprensa divulgou que as práticas contábeis e comerciais da Dynegy, uma das maiores empresas do setor de comercialização de energia elétrica estavam sendo investigadas pela SEC e pela Procuradoria Geral. A empresa é suspeita de ter aumentado artificialmente suas receitas e lucros nas demonstrações contábeis. Chuck Watson deixou seu cargo de diretor-presidente no último trimestre, após a empresa confirmar ter usado as operações de “ida-e-volta”. Em 15 de agosto, a empresa certificou suas demonstrações contábeis deste ano, conforme exige a nova Lei Oxley-Sarbanes, mas disse não poder garantir a veracidade dos resultados apresentados em exercícios anteriores.

Referências Bibliográficas

- ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.
- BERGAMINI JR., Sebastião. Ética empresarial e contabilidade: o caso Enron. *Revista Pensar Contábil*, ano V, n. 16, maio-jul. 2002.
- COMER, Michael J., PRICE, David H., ARDIS, Patrick M. *Fraude, corrupção e desonestidade nos negócios*. São Paulo: Ed. McGrawHill, 1990.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários). *Recomendações da CVM sobre governança corporativa*. Jun. 2002, (disponível no site www.cvm.gov.br).

FINNERTY, John D. *Project finance: engenharia financeira baseada em ativos*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1999.

GALBRAITH, John K. *Uma breve história da euforia financeira*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992.

JAEDICKE, Robert K., SPROUSE, Robert T. *Fluxos contábeis: renda, fundos e capital*. São Paulo: Editora Atlas, 1974.

LAURETTI, Lélío. *Relatório anual*. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

MOREIRA, Joaquim M. *A ética empresarial no Brasil*. São Paulo: Editora Guazelli Ltda., 1999.

SKINNER, R. M., ANDERSON, R. J. *Auditoria analítica*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1977.